

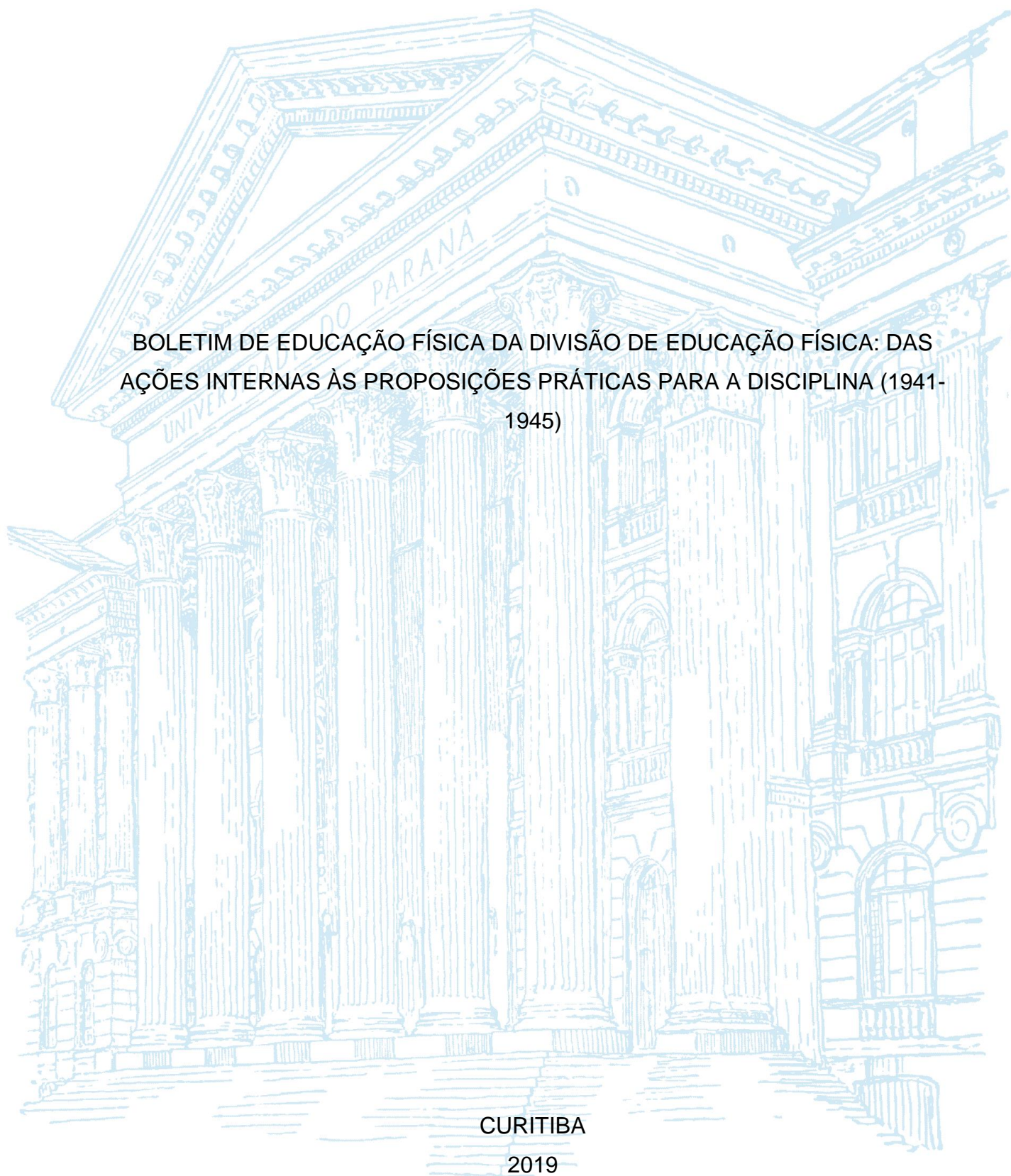
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WESLEI DA MOTA

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DAS
AÇÕES INTERNAS ÀS PROPOSIÇÕES PRÁTICAS PARA A DISCIPLINA (1941-
1945)

CURITIBA

2019



WESLEI DA MOTA

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DAS
AÇÕES INTERNAS ÀS PROPOSIÇÕES PRÁTICAS PARA A DISCIPLINA (1941-
1945)

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em Educação
Física, ao curso de Educação Física, Setor de
Ciências Biológicas, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Roberto Chaves
Junior

CURITIBA

2019

AGRADECIMENTOS

Tarefa árdua conseguir agradecer a todos que fizeram parte dessa trajetória e que de alguma forma de ajudaram na elaboração do trabalho. Essa caminhada se iniciou muito antes de entrar na graduação, e não conseguiria agradecer a todas essas pessoas que permitiram doar-se um pouco para ajudar na formação de quem sou hoje. Não nomear alguns dos vários que me ajudaram nesse processo, no entanto, seria um erro.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Gilberto e Durvalina, que mesmo possuindo limitada escolaridade nunca mediram esforços para ajudar na minha formação. Lembro-me como se fosse ontem das intermináveis horas que eu e minha mãe passávamos na mesa da cozinha para que eu aprendesse a ler e escrever. Se hoje escrevo esse trabalho, devo a eles.

Agradeço ao meu irmão, Peterson, que mesmo com todas nossas diferenças foi uma das referências fundamentais em minha vida.

Agradeço aos meus familiares: Sidimar, Suelen, Aline, Edemilson, Simone, Alex, Rose, Tia Zulmira, Tio Bié, Tia Maria, Tio Ducate. Se não fosse a presença de vocês na minha vida nada disso teria sido possível. La famiglia è tutto!

Agradeço imensamente ao Movimento Punk, que me ensinou a olhar a vida a partir de outra perspectiva, me transformando em um indivíduo capaz de enfrentar os desafios e as barreiras sociais de maneira lúcida e corajosa. Do it yourself!

Agradeço meus amigos de infância, principalmente ao Edmundo, Rafaela, Daniel e Israel. Quando tudo parecia perdido foi pela parceria de vocês que me mantive em pé.

Agradeço aos amigos que tive o privilégio de ir conhecendo, especialmente Sati, Lucas Sanchez, Maria Elisa, Lethicya, Milena, Mateus Andreatta (Butt Head), Henrique (Ogro), Heitor Danin, Weverton (Lee), Ed Bandeira, Lorraine Gomes, Bohdan Filho, Lucas Gomes, Elston, Walter, Bryant. Moçada, tudo certo e nada resolvido!

Agradeço aos vários amigos da Universidade, principalmente ao João Pedro Lezan, Guilherme Tamashiro, Oracio Alexandre, Muriel Rocha, Joana Caroline, Mariana Gomes, Dhulyane Dias, Luiz Canedo Jr., Mateus Indart, e tantos outros.

Agradeço à Vera Luiza moro, por ter me mostrado que o ofício do professor vai além da docência em sala de aula, me incentivando e sendo uma verdadeira mãe acadêmica nesses anos todos de graduação. Muito obrigado!

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Sergio Roberto Chaves Jr., por ter me acolhido e aceitado o desafio de me guiar nessa jornada acadêmica. Com toda certeza metade do trabalho deve-se aos seus conselhos e orientações.

RESUMO

O Estado Novo (1937-1945) constituiu um período de grande relevância para a estruturação da Educação Física no Brasil, sendo a criação da Divisão de Educação Física (DEF), órgão chancelado pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação, em 1937, um dos grandes marcos desse processo. Nesse sentido, sugere-se que uma das formas encontradas para divulgar as novas regulamentações, legislações e normas que estavam sendo criadas para a disciplina, em um contexto de centralização das decisões e processos educativos no país em torno do governo federal, foi através da publicação de periódicos especializados. Um desses impressos foi o Boletim de Educação Física, criado em 1941 pela DEF. Assim, o presente trabalho buscou investigar os principais temas que circularam no Boletim de Educação Física durante o Estado Novo, buscando compreender a materialidade do periódico e as representações acerca da Educação Física que perpassaram a sua produção. Teoricamente, apoia-se nas contribuições de Roger Chartier (1990; 1991), principalmente a partir das noções de representações para perceber os discursos acerca da área e de dispositivos editoriais e textuais de modelização da leitura para interpretar a materialidade das fontes.

Palavras-chave: Boletim de Educação Física; Divisão de Educação Física; História da Educação Física

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – RELAÇÃO DA IMPRENSA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940	24
QUADRO 2 – RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES DO BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA DURANTE OS ANOS DE EXISTÊNCIA	29
FIGURA 1 – CAPA DO BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA	30
QUADRO 3 – RELAÇÃO DO APARECIMENTO DOS PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO E INSPEÇÃO	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O LUGAR DA EDUCAÇÃO (FÍSICA) NA ERA VARGAS (1930-1945)	14
2.1 A ESCOLA E A BUSCA DA FORMAÇÃO DO NOVO BRASILEIRO	14
2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA A SERVIÇO DE VARGAS?	17
3. APRESENTANDO O BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A MATERIALIDADE DE UM PERIÓDICO.....	27
3.1 A ANATOMIA DO BOLETIM.....	29
4. BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA: REPRESENTAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	39
4.1 A CONFORMAÇÃO DO CAMPO: AÇÕES E EXPECTATIVAS DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO NOVO.....	44
4.2 UMA “DIVISÃO-POLÍCIA”? UM OLHAR PARA OS PROCESSOS DE INSPEÇÃO E VERIFICAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

O fato de a particularidade do lugar onde o discurso é produzido ser relevante ficará naturalmente mais evidente quando o discurso historiográfico tratar das questões que focalizam o sujeito-produtor da história. (CERTEAU, 1986, p.217-218 apud SCOTT, 1992, p.78).

Para explicitar os deslocamentos percorridos durante a minha graduação que me permitiram chegar a este trabalho, julgo pertinente resgatar parte da minha trajetória acadêmica e pessoal, buscando assim demonstrar os elementos de proximidade com o tema que justificaram o presente esforço. A partir do momento que ingressei no curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, em 2016, fui envolto por uma série de incentivos para a minha guinada em direção à pesquisa nas Ciências Humanas, em especial na área da História. Desde muito cedo tive afinidade com essa área do conhecimento, chegando mesmo a cursar Ciências Sociais em 2014. O interesse pelos conhecimentos produzidos nessa área, no entanto, permanecia, ainda que adormecido, sendo gradativamente despertado já no primeiro ano como calouro de Educação Física. Devo esse processo especialmente à professora Vera Luiza Moro e ao professor André Mendes Capraro, que ministraram as disciplinas de Introdução à Educação Física e História da Educação Física, respectivamente.

A professora Vera me fez perceber que toda a bagagem teórica adquirida anteriormente não seria inútil para o meu processo de amadurecimento dentro do curso. Apresentando as abordagens pedagógicas que constituíram a área, principalmente a partir do Movimento Renovador, e buscando que construíssemos uma concepção de Educação Física própria calcada nos debates e questionamentos feitos nas aulas, pude perceber que diversos conceitos apropriados em outros ambientes poderiam ser importantes para a minha compreensão do campo da Educação Física. Ao longo da graduação, foi principalmente a partir de suas intervenções que percebi a necessidade de me apropriar e conhecer a literatura da área com mais profundidade. Nesse movimento, foi preciso compreender os diversos sentidos que a Educação Física teve ao longo de sua história.

O professor André proporcionou, pela primeira vez na minha trajetória acadêmica e escolar, um sentimento de pertencimento ao ambiente por vezes hostil da educação. Ao dar a liberdade de criação para os/as estudantes, o professor tornou o processo de ensino-aprendizagem muito significativo. Foi ali que pude

exercitar a minha criatividade junto aos meus colegas de sala, utilizando aquilo que me tocava enquanto humano, sem por isso perder de vista o viés formativo. Ao lançar o desafio de tomar contato com fontes históricas e mobilizar autores das Ciências Humanas que ajudassem na reconstrução do passado, percebi que essa área de intersecção entre História e Educação Física poderia ser muito profícua, me mostrando outra possibilidade de atuação: pesquisador.

Nesse percurso, pouco a pouco fui me questionando em relação ao papel e importância da escola na sociedade. Podemos concordar ou discordar de um ou outro modelo educacional, mas ainda assim a centralidade da escola na nossa sociedade é visível. Somos uma sociedade escolarizada que deixa marcas nos nossos corpos, e compreender as várias funções que a Educação Física teve na sociedade me parecia imprescindível para o exercício docente. Nesse aspecto, além da forte influência da professora Vera e da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o contato com o professor Sergio Roberto Chaves Junior, então docente da disciplina de Metodologia da Educação Física, foi muito importante na construção de pontes mais sólidas para a minha aproximação com a área de História da Educação. Essa dupla função percebida no professor, em pensar boas práticas educativas na atualidade e a história da disciplina Educação Física, me mostrava enfim que não havia contradições em aproximar-se da História e ser licenciando de um curso cuja dimensão formativa visa essencialmente a formação docente para o ensino básico.

Assim, em 2018, surgiu a possibilidade de participar da Iniciação Científica da Universidade Federal do Paraná, no projeto "As inovações pedagógicas na Educação Física Paranaense: as contribuições do professor Germano Bayer nas décadas de 1950 e 1960"¹, coordenado pelo professor Sergio. O contato com as fontes no Arquivo Público do Paraná reafirmou aquele sentimento de 2016, quando

¹ O professor Germano Bayer, ex-professor do Colégio Estadual do Paraná e da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, além de sujeito atuante em uma série de outros ambientes da educação física paranaense, possui uma trajetória muito específica e interessante para pesquisa. Ao observar a possibilidade de realizar um intercâmbio na Europa, o mesmo foi para a Suécia, entre os anos de 1952 e 1954, estudar no Real Instituto de Educação Física de Estocolmo (GCI), o que permitiu a ele o contato com uma série de práticas desenvolvidas em vários países da Europa, principalmente as relacionadas à Ginástica Moderna. Registrou tais conhecimentos com uma câmera filmadora, e, ao retornar à Curitiba, procurou fazer circular entre seus pares.

então analisei periódicos antigos para a disciplina de História da Educação Física, citado anteriormente.

Durante a participação no projeto, por diversas vezes esbarramos com ações da Divisão de Educação Física (DEF), segmento do Departamento de Educação, do Ministério da Educação e Saúde (MES), criada em 1937 durante o Estado Novo. A necessidade de compreendermos o funcionamento e a atuação dessa instituição nos fez verificar a inexistência de trabalhos que a tomem como objeto de estudo historiográfico. Nesse processo de pesquisa, deparamo-nos², no entanto, com as publicações do Boletim de Educação Física³, periódico chancelado pela DEF, que circulou entre os anos de 1941 e 1958, chegando a publicar dezesseis edições. Passamos então a vislumbrar a possibilidade de o Boletim ter se constituído uma das plataformas utilizadas pela Divisão de Educação Física para a circulação de representações e regulamentações, além de novos conteúdos, para a configuração da Educação Física no Brasil, especialmente na década de 1940, quando essa disciplina passa a figurar como uma importante política de Estado, tendo em vista a centralização do ensino empreendida pelo Estado Novo (ARAUJO, 2000).

A partir disso, alguns questionamentos passavam a ser feitos em relação à contribuição da Divisão de Educação Física e do Boletim de Educação Física na circulação de conhecimentos e práticas relacionadas à Educação Física. Assim, tomei a iniciativa de utilizar essa possibilidade de pesquisa na minha monografia de conclusão de curso⁴. Com o tema relacionando-se ao papel do Boletim na

² Ao buscar indícios a respeito da circulação dos “Métodos de Trabalho em Educação Física”, como Germano Bayer chamava os conhecimentos presenciados e registrados por ele na Europa, identificamos na edição de número 14 do Boletim um anúncio de um “Centro de Investigações em Curitiba-PR” que “sob orientação do professor Germano Bayer, recebe encomendas de filmes sobre Métodos de Trabalho em Educação Física”.

³ A partir deste momento, para deixar a leitura do trabalho mais fluida e agradável, farei menção ao Boletim de Educação Física, em certas ocasiões, apenas como Boletim.

⁴ A análise dos boletins foi feita na íntegra a partir de cópias digitalizadas de todas as edições. O acesso a esse material foi possível a partir do contato com a professora Meily Assbú Linhales, que ao visitar o Proterioria, instituto de pesquisa em educação e Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, adquiriu as cópias digitalizadas das edições do Boletim. Nesse sentido, a professora mantém esse material guardado no Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF), da Universidade Federal de Minas Gerais, o que facilitou a cópia desses impressos e consequente transporte para Curitiba, uma vez que o professor Sidmar dos Santos Meurer estava retornando para a Universidade Federal do Paraná após a conclusão de seu doutorado, realizado na mesma instituição. Agradeço imensamente a ambos os professores, sem a qual esse trabalho não poderia ter sido realizado.

configuração da Educação Física no Brasil, objetivamos identificar os principais temas que nele circularam entre os anos de 1941 e 1945, durante o primeiro ciclo de produção do periódico, compreendendo o contexto situado no Estado Novo, quando a sua produção foi mais intensa.

A pergunta central que mobilizou esta pesquisa foi: Quais os principais temas que circularam no Boletim de Educação Física durante o Estado Novo? Com essa problemática, busco não apenas uma descrição dos temas, mas, sobretudo, compreender a importância deste impresso no contexto em que foi produzido. A partir disso, e tendo em vista que o Boletim se constituía como um periódico oficial ligado diretamente aos órgãos burocráticos do Governo Federal, intenciono colocar luz às expectativas que animavam a Divisão de Educação Física em relação a essa disciplina escolar. Enfatizo, no entanto, que busco não lançar mão de um discurso unívoco a respeito da função que a Educação Física teria exercido no Estado Novo, como muitas pesquisas fizeram ao estudar essa disciplina durante a Era Vargas. Como afirma Omar Schneider (2010) ao realizar uma revisão das pesquisas históricas que utilizaram os impressos próprios da Educação Física como fonte privilegiada nesse período, esse tipo de produção, ao não buscar perceber os pormenores e os lugares de poder e fala que cada periódico teria no contexto, visualizando a Educação Física tão e somente como uma tecnologia de conformação, disciplinamento e produção de um sujeito adaptado aos interesses do Estado,

acabaram reforçando o papel do Estado, supervalorizando as ações oficiais e deixando de fazer a crítica documental que leve o pesquisador a introduzir redes que possibilitem interrogar, por exemplo: os periódicos que utilizo possuem projetos diferentes? Existe uma luta concorrencial entre eles? As fontes possuem o mesmo status? O que é dito realmente se efetiva? Esses são alguns problemas que, se não forem equalizados, podem levar a confundir prescrições com usos, perceber apenas o consenso ou o dissenso e não as leves e sutis discontinuidades produzidas na construção das identidades sociais. (2010, p.46).

Assim, não somente devemos ter em mente o espaço que a Educação Física ocupava durante o Estado Novo, como devemos perceber os lugares de fala e as disputas internas e com outros periódicos, tornando a produção e o projeto do Boletim peculiar em relação a outros espaços de disputa. Nesse sentido, como afirma Robert Darnton (1996), a adesão de uma comunidade em torno das ideias que são tornadas públicas pelos editores, a partir da luta pela opinião pública, é que

vai constituir a verdadeira luta pelo poder. Essa perspectiva faz ainda com que tomemos o devido cuidado ao percebermos que apesar das prescrições e representações feitas no periódico, a sua efetivação na realidade concreta só é possível a partir de outros indícios e fontes, não sendo esse o propósito da atual pesquisa, que analisa somente os conteúdos veiculados e tornados públicos pelo Boletim de Educação Física.

Nesse sentido, ao buscarmos investigar os principais temas que circularam no Boletim, a seleção do corpus documental foi delimitada após prévia leitura dos títulos dos artigos, através do Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte (FERREIRA NETO et al., 2002), na qual busquei agrupá-los em categorias que os aproximassem. Posteriormente foi realizada a leitura dos artigos para confirmar essa proximidade entre os artigos, sendo remanejados para outro grupo os textos que não tinham correspondência. Dessa forma, não busquei esgotar totalmente as possibilidades de investigação que o Boletim oferece, tendo me debruçado especificamente acerca de dois grupos de temáticas que pareceram recorrentes durante sua produção e circulação no Estado Novo. Embora o recorte temporal tenha privilegiado as produções que vão de 1941 a 1945, não excluimos a possibilidade de utilização dos artigos produzidos nos anos posteriores, uma vez que esse procedimento permitiu perceber as mudanças ocorridas no interior do periódico ao longo dos anos, explicitado semelhanças ou descontinuidades entre um projeto editorial e outro. Enquanto metodologia de interpretação das fontes apoia-se na obra de Roger Chartier (1990; 1991), especificamente a partir da noção de dispositivos editoriais e textuais de modelização da leitura (TOLEDO, 2018) e do conceito de representações. Uma ressalva é aqui necessária, uma vez que esse autor, ao propor uma metodologia de análise dos impressos, está lidando com livros, sendo o objeto cultural de análise desse trabalho um boletim. Ainda que existam relações de proximidade entre os diferentes impressos, como o livro e a revista, é importante observar que a apropriação por parte dos leitores dos conteúdos veiculados e a própria função e estratégia legada a um ou outro objeto por parte dos autores e editores, diferencia-se conforme seu formato e tipo. Dessa forma, segundo Sergio Roberto Costa (2018, s/p), podemos definir boletim como um “breve texto informativo, em forma de relato/notícia, destinado à circulação interna/privada ou à divulgação pública”, podendo ser publicada de forma sistemática ou periódica.

Tendo no horizonte o exposto por Dario Ragazzini (2001), quando escreve sobre as várias camadas que uma fonte possui, na qual os níveis essenciais elencados por ele dizem respeito às relações de nascimento e produção de uma fonte e às relações que selecionam e conservam o documento, necessitamos ainda, para chegar a uma melhor compreensão do Boletim, compreender o contexto educacional em que foi produzido; analisar o lugar da Educação Física dentro do debate e do contexto educacional da época; e catalogar os principais temas tratados no periódico. Esses, portanto, foram os objetivos específicos que ajudaram a responder o problema de pesquisa posto a este trabalho, com os capítulos que o compõem buscando se debruçar sobre essas questões.

2. O LUGAR DA EDUCAÇÃO (FÍSICA) NA ERA VARGAS (1930-1945)

Pensar o lugar do Boletim de Educação Física e o seu posicionamento frente ao debate educacional da educação física nos incita a refletir sobre o próprio lugar e as dinâmicas que envolviam a educação e, mais especificamente, a escola no contexto em que o periódico iniciou sua publicação. Realizar esse procedimento, no entanto, deve levar em conta alguns cuidados para que a reflexão não recaia em uma análise linear e causal, na qual o Boletim e os sujeitos que permeavam sua produção simplesmente refletiriam a estrutura contextual da época.

Dessa forma, tentarei situar o lugar da escola frente aos debates que a compreendiam como uma instituição central na construção da nação no início do século XX, especialmente durante a década de 1920, repercutindo fortemente nas proposições encontradas no Estado Novo, ainda que com especificidades e uma série de ressignificações. Qual a concepção de educação estaria contida nesse período? Que lugar a educação física ocupava nas propostas? São perguntas que nos auxiliam a entender a trajetória dessa disciplina no contexto de edição e publicação das edições do Boletim de Educação Física.

2.1 A ESCOLA E A BUSCA DA FORMAÇÃO DO NOVO BRASILEIRO

As políticas educacionais brasileiras das primeiras décadas do século XX serão formuladas em função da nova importância legada à instituição escolar, que, especialmente durante a década de 1920, ainda que seja necessário guardar as devidas proporções e especificidade de ambos os contextos, transforma-se gradativamente em um ambiente propício para a resolução dos problemas sociais que o Brasil enfrentava. Assim, a instituição escolar passa a se impor, no ideário das elites políticas e intelectual, como ambiente e instrumento primordial para a incorporação das populações à ordem social e econômica do país, que buscava então civilizar-se, constituindo esse novo lugar como a base para a erradicação e prevenção dos males sociais, operando através dela uma regeneração da sociedade brasileira através da educação e da higiene (CARVALHO, 1998).

Da efervescência de todo esse debate que o início do século assistiu, a Era Vargas (1930-1945)⁵ vai se constituir em um período de grande fertilidade para a educação, uma vez que a tônica “modernizadora” que perpassava os discursos e ações do novo governo reverberará fortemente na escola, fazendo com que essa instituição ganhe considerável centralidade nas ações do Estado, em especial durante o Estado Novo (ARAUJO, 2000).

José Baía Horta (1994) aponta que, ainda na candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, materializada a partir da leitura da Plataforma da Aliança Liberal, em janeiro de 1930, a questão da educação vai aparecer como tecnologia apropriada para melhorar a condição de vida dos brasileiros e assegurar a valorização do homem. Essa busca pela modernização começa a se concretizar especialmente após 1931, com a Reforma Francisco Campos, que passa a dar organicidade ao ensino secundário a partir de alguns elementos que não estavam presentes nos modelos escolares anteriores, como por exemplo, a seriação do currículo, a frequência obrigatória, um sistema de avaliação e inspeção detalhado no âmbito federal, etc. (DALLABRIDA, 2009).

Analisando a Plataforma da Aliança Liberal, observamos o então Presidente colocar ao lado da educação, como problema conexo, a questão da saúde, exigindo medidas imediatas de saneamento e, para equalizar essas questões, propondo a criação de um novo ministério, até então inexistente, “no sentido de articular os serviços federais, estaduais e municipais de educação e saúde já existentes” (HORTA, 1994, p.1). Será a partir dessa nova concepção a respeito da educação que veremos surgir, em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), o que, segundo Hochman (2005), constituiu, ainda que com algumas descontinuidades, a realização de parte das exigências e expectativas que atravessaram a Primeira República com o movimento dos sanitaristas.

Portanto, o debate feito nas décadas anteriores pela intelectualidade brasileira a respeito da necessidade de combater os “males de origem” intrínsecos aos brasileiros, identificados como sujeitos assolados pela fraqueza, imoralidade,

⁵ Ainda que consideremos o período como “Era Vargas”, ressaltamos que o governo do então Presidente Getúlio Vargas passou por modificações em sua estrutura e funcionamento ao longo dos anos em que esteve no poder, possuindo diferentes direcionamentos durante esse intervalo que vai de 1930 a 1945, na qual o período compreendido entre 1930 a 1934 é conhecido como Governo Provisório; entre 1934 e 1937, Governo Constitucional; e por fim, entre os anos de 1937 a 1945, temos o Governo Autoritário (ANDREOTTI, 2006).

degenerescência, desanimo e, sobretudo, pela doença, estava ainda presente nos discursos do novo governo, sendo que “a ligação entre educação e saúde traduzir-se-á por uma ênfase cada vez maior na educação física, inicialmente voltada para o desenvolvimento físico individual e logo relacionada com o fortalecimento da raça.” (HORTA, 1994, p.2).

Essa relação, no entanto, demonstra também uma aproximação com a educação moral, que ao lado da saúde e da expectativa em “colocar o sistema educacional a serviço da implantação da política autoritária.” (id.), constituem os principais temas relegados à escola. Assim, não bastava apenas instruir o povo, mas, sobretudo, buscar a formação do caráter das novas gerações, difundindo dessa forma elementos de disciplina moral e cívica (XAVIER, 2005).

Além de todo esse debate animava a intelectualidade brasileira, como posto acima, interessa perceber que durante a Era Vargas o Brasil passava por mudanças em vários campos da sociedade, muito em função das profundas transformações político-econômicas aqui desenvolvidas. Deixávamos de ser um país agrário-exportador e passávamos a assumir-se em um modelo urbano-industrial (ANDREOTTI, 2010). Dessa forma, a educação tinha também um caráter de formação para esse novo modelo produtivo, uma vez que o novo governo intencionava, através da centralização, exercer um rápido desenvolvimento industrial.

Outro ponto interessante a ser analisado é que se em outro momento a questão da diversidade e da heterogeneidade do brasileiro constituam os elementos de coesão e identidade nacional, inclusive a partir da presença de estrangeiros no Brasil, que poderiam auxiliar no branqueamento da população, a questão da diversidade cultural e étnica no interior do país passaria a ser considerado um dos elementos responsáveis pelo atraso da nação, sendo necessário atenuar tais diferenças a partir de ações governamentais que tornassem a população mais coesa e homogênea (XAVIER, 2005).

Diante desse cenário, o Governo Federal, através da figura do então Presidente Getúlio Vargas, retira gradativamente dos estados a função de ditar os rumos da educação, centralizando o aparato educativo e constituindo um processo de nacionalização do ensino a partir de políticas educacionais que buscavam combater as influências externas que pudessem vir a interferir no comportamento do

povo e, conseqüentemente, na construção da nova identidade brasileira (ARAUJO, 2000).

A instituição militar, nesse sentido, participará intensamente do debate a respeito dos rumos da educação no país. Primeiramente, propunha-se a questão do serviço militar obrigatório como forma de instruir a sociedade, uma vez que ela estaria mergulhada na desordem e no caos, fazendo com que a passagem da sociedade civil pelos ensinamentos do exército de certa maneira atenuasse esses problemas que estariam condenando a nação. Posteriormente, no entanto, a apropriação do ambiente escolar passa a ser uma importante opção para a caserna conseguir desenvolver seus objetivos, que girava em torno da busca pela Segurança Nacional, entendida como a preparação dos aparelhos do estado contra a iminência de inimigos internos e externos, havendo a necessidade de uma interdependência entre educação e segurança. Essa concepção tinha como principal característica a percepção de que em caso de guerra, não apenas os soldados deveriam estar preparados, mas a sociedade como um todo (HORTA, 1994).

Dentro desse contexto, a Educação Física ganha centralidade nas ações do governo:

A nacionalização da educação implicará um profundo controle de todos os currículos, de todas as atividades de todas as escolas nos recantos mais remotos do país. A escola nacionalizada e monitorada pelo governo seria a porta de entrada para a nacionalidade, para a homogeneidade nacional e o controle das tendências exógenas que pudessem advir da multiculturalidade. Essas preocupações não eram novas, mas encontraram no Estado Novo o campo fértil para prosperarem e se tornarem realidade. Ainda no campo educacional, o reforço dado às aulas de educação física não só servia ao propósito de direcionar os jovens, como também representaria um aprimoramento estético do brasileiro. (ARAUJO, 2000, p.38)

Portanto, importa perceber de que forma a Educação Física foi utilizada pela Era Vargas, em especial no Estado Novo, em busca desse projeto de nacionalização do ensino, na qual essa disciplina teria papel formação do novo homem brasileiro.

2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA A SERVIÇO DE VARGAS?

Lino Castellani Filho (2001), ao refletir a respeito do papel dos médicos na introdução da Educação Física no Brasil no século XIX, afirma que a influência dessa classe remonta à atuação não apenas terapêutica, mas, sobretudo, política

dos médicos na Europa do século XVIII. Para o autor, é dessa forma que eles vão se afirmando enquanto uma poderosa classe para ditar o normal e o anormal na sociedade daquele contexto. A família, nesse sentido, passa a ser a instância de maior inserção e preocupação dos conhecimentos e técnicas médicas, especificamente sobre as crianças, na intenção de revolucionar os costumes familiares no que diz respeito à educação física, moral, intelectual e sexual, transcendendo uma ação sobre o corpo individual, mas influenciando e ditando principalmente a organização do tecido social. Considerava-se a família como uma organização incapaz de proteger a vida das crianças e adultos, na qual evidenciava-se, para uma maior aceitação dos dispositivos de controle e educação da sociedade, os altos índices de mortalidade e de doença.

O envolvimento dos higienistas com a educação escolar se deu, portanto, dentro de um quadro de compreensão desta como sendo uma extensão da educação familiar. Tratava-se, na verdade, de mostrar que a nefasta ação dos pais na educação de seus filhos, não se encerrava no ambiente familiar. Pelo contrário, ao externarem os pais, o “ideal” de educação que almejavam a seus filhos, influíam na forma de organização escolar, na definição das linhas pedagógicas a serem adotadas. (CASTELLANI FILHO, 2001, p.45-46).

A escola passaria a constituir-se em um lugar privilegiado e necessário para a inculcação e transformação da sociedade. Nesse caso específico, os médicos almejavam a transformação de corpos doentios em corpos saudáveis, robustos e harmoniosos organicamente.

Outra instituição cuja ação também foi extremamente fecunda para a inserção da educação física no Brasil com propósitos diferentes da instituição médica, embora complementares, foi a militar. O êxito da influência logrado pelos militares sobre os mais diversos âmbitos da sociedade brasileira, incluindo aí a educação, pode ser compreendido pelo fato de ter sido ela o principal grupo a incorporar na sua organização os ideais positivistas (CASTELLANI FILHO, 2001). Com o Brasil sendo um país jovem, carecia de um direcionamento filosófico, e somando-se a isso o fato da necessidade de crescer enquanto nação, será a filosofia Comteana que terá maior implantação no contexto de formulação das ideias para o país.

Tendo suas origens marcadas pela influência das instituições militares – contaminadas pelos princípios positivistas e uma das que chamou para si a responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção da ordem social, quesito básico à obtenção do almejado Progresso- a Educação Física no

Brasil, desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo “forte”, “saudável”, indispensável à implantação do processo de desenvolvimento do país que, saindo de sua condição de colônia portuguesa, buscava construir seu próprio modo de vida. (ibid., 2001, p.39)

É a partir dessa influência, portanto, que veremos elementos como a “Ordem e o Progresso” tomarem o centro dos debates, o que em pouco tempo se transformará, segundo Castellani Filho (2001), em uma preocupação com a Segurança Nacional. Através desse argumento, os militares buscarão defender um maior controle das instituições brasileiras, tanto a partir da economia (dimensão material), quanto da educação (dimensão mental/moral), uma vez que todos os âmbitos da sociedade deveriam estar preparados para o risco iminente de uma guerra, havendo a necessidade de uma interdependência entre educação e segurança, submetendo as instituições, principalmente a escola, à “política do exército”, concepção na (HORTA, 1994).

Dessa forma, analisando os debates entre políticos, intelectuais e militares durante a Era Vargas, especificamente a partir da tentativa do exército em inserir-se e apropriar-se da escola como ambiente ideal para a militarização da sociedade, José Horta (1994) nos demonstra a fecundidade da educação física para o projeto de nação que o Governo Federal buscava empreender naquele período, voltando-se primeiramente para o desenvolvimento físico individual, e relacionando-se em pouco tempo com o fortalecimento da raça, estreitando assim as relações entre educação e saúde. A proposta eugênica da Educação Física será bastante presente em discursos de políticos, intelectuais e professores da época, com a historiografia⁶ consagrando esta a principal característica de distinção em relação aos outros períodos em que a disciplina atravessou.

Conferências, congressos, palestras e artigos publicados em periódicos levavam a público os pensamentos de seus autores, defendendo o fortalecimento da raça pela Educação Física. A raça, o desenvolvimento anátomo-fisiológico, o tipo físico pré-determinado, padronizado, foram defendidos no período estadonovista, como se todos os homens fossem produtos de laboratórios, de fôrmas e de provetas, com as mesmas personalidades. (CANTARINO FILHO, 1982, p.168).

⁶Apesar de constituir uma constante em parte considerável dos trabalhos históricos a respeito do Estado Novo, ressalto que a questão do eugenismo na Educação Física deve ser vista com ceticismo, evitando modelos totalizantes que não permitam visualizar as ações dos sujeitos em relação ao hegemônico e oficial.

Cabe ainda destacar, como afirma Lino Castellani Filho (2001), que para além da promoção da disciplina moral e do adestramento físico para a defesa da nação, a partir das aulas de Educação Física para a juventude brasileira, um outro elemento importante que orientou a disciplina, complementando esta, foi a sua utilização para o desenvolvimento econômico do Brasil. Como explicitado anteriormente, o Brasil deixava de ser um país agrário para se tornar urbano, e nesse sentido fazia-se necessário formar um contingente de trabalhadores preparados para o trabalho na indústria.

Dentro das expectativas que desde a década de 1920 os militares nutriam com relação à educação, será sobre a educação física que sua influência será fortemente sentida, principalmente a partir do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Assim, em 1931, a partir da Reforma Francisco Campos, os exercícios de educação física passam a ser obrigatórios nas classes do ensino secundário⁷, e a sua realização no espaço escolar será efetivamente desenvolvido através de referências militares, inicialmente a partir do aconselhamento à adoção de “normas e diretrizes” do Centro de Educação Física do Exército e, posteriormente, através da formação de instrutores civis no interior da Escola de Educação Física do Exército, criada em 1933, e do próprio fornecimento de militares formados em educação física para assumirem essa disciplina nas instituições de ensino oficiais (HORTA, 1994). Mesmo na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, primeira instituição civil a formar professores de educação física no país, criada em 1939 na Universidade do Brasil, a organização e direção estaria subordinada aos militares⁸.

Nesse sentido, uma das maiores contribuições para a educação física advinda dessas instituições, além da formação e do fornecimento de profissionais da área, foi a difusão do Método Francês enquanto conteúdo oficial a ser desenvolvido nas escolas, tanto nos estabelecimentos de ensino nacionais primário quanto nos secundários (CANTARINO FILHO, 1982). Esse método privilegiava a orientação de suas aulas a partir dos princípios da fisiologia, sendo que no Brasil a sua utilização deu-se sob influência do conceito anatômico que aqui predominava. De acordo com

⁷ Embora sua obrigatoriedade passe a existir somente a partir desse momento de forma oficial e regulamentada a nível federal, ressaltamos que a sua existência dentro da escola enquanto uma prática pedagógica, com status ou não de disciplina, já acontecia há muitos anos antes.

⁸ A respeito dessa relação entre a Escola Nacional de Educação Física e Desportos e os militares, ver a dissertação de mestrado de Victor Andrade de Melo (1996).

Mario Ribeiro Cantarino Filho, esse método tinha como finalidade desenvolver fisicamente o homem, possuindo “seis formas de atividade, a saber: os jogos, os flexionamentos, os exercícios educativos, as aplicações, os esportes individuais e os coletivos.” (1982, p.133).

Sua introdução deu-se, no entanto, com muitas críticas de diversos setores e sujeitos da sociedade brasileira. A principal delas, feita pela Associação Brasileira de Educação (ABE), ao criticar o anteprojeto produzido pelo Ministério da Guerra em 1929, a partir de uma comissão instituída por civis e militares, observava a inconveniência de transplantar um sistema estrangeiro para as necessidades específicas que o Brasil tinha, contrariando também que um órgão burocrático pudesse determinar um método a ser ministrado em todos os estabelecimentos de ensino. Um ponto marcante dessa crítica estava contido na necessidade da Educação Física em se desvencilhar das feições militares a qual estava estruturada, e nesse sentido o Método Francês, criado na França a partir da necessidade de sanar deficiências das tropas militares e apropriado pelos militares brasileiros, traria consigo a essência militar (id.).

É também a partir disso que no Estado Novo, tendo em vista a sua busca por uma nacionalização de todos os segmentos do país, muitos esforços oficiais estarão contidos na busca de criação de um Método Nacional de Educação Física. Essa busca resultou em diversos concursos para que pudesse ser proposto um método condizente com as características brasileira, e aqui chama a atenção as propostas vencedoras, que argumentavam não haver uma raça muito bem definida no Brasil, mas sim um povo originários de três continentes, e que, portanto, o método aqui implementado não poderia ser rígido, mas ser flexível a ponto de poder atender essa “interfusão biológica” (CASTRO, 1997).

Portanto, é nesse contexto que surge a necessidade de uma especialização dentro do próprio Ministério da Educação e Saúde Pública voltada para as questões da educação física. Cria-se, assim, em 1934, a “Inspetoria Geral do Ensino Emendativo”, cujo objetivo não estava centrado na educação física, embora definisse, entre outras coisas, objetivos e meios para a sua realização no ambiente escolar (HORTA, 1994). Esse segmento dentro do Ministério, no entanto, não será efetivamente instalado, deixando de existir legalmente após a reforma do Ministério da Educação e Saúde Pública, realizada em 1937, dando lugar à Divisão de Educação Física (DEF), criada a partir da Lei n. 378 (BRASIL, 1937).

Especializada no nível administrativo federal, a essa instituição caberia a responsabilidade de “sistematizar e regulamentar todo o processo de formação profissional” (MELO, 2007). Assim, sua existência esteve associada à tentativa de estruturação da Educação Física no Brasil, se preocupando em especificar como deveria ser seu ensino, o material e as instalações necessárias para a realização das aulas, a formação de professores, e se debruçando sobre a fiscalização da disciplina nas instituições escolares (ARANTES, 2013). De acordo com Mario Ribeiro Cantarino Filho, dentro do período de 1931 a meados de 1940, “a Educação Física escolar foi regida pelas mais detalhadas normas, onde tudo estava previsto, inclusive os modelos de formulários e fichas para registros de exames práticos, exames médicos, dados biométricos e outras anotações.” (1982, p.143-144).

Essa estrutura corrobora os aspectos levantados por Libânia Xavier (2005) a respeito dos dispositivos mobilizados em busca da nacionalização e centralização do ensino naquele período, nas quais a questão dos mecanismos de padronização seriam uma das frentes empreendidas pelo Ministério, impondo, entre outras coisas, currículos mínimos obrigatórios e a estruturação de sistemas federais de controle e fiscalização.

A questão do cumprimento dessas instruções e regulamentações instituídas para a disciplina ficaria a cargo dos inspetores dos estabelecimentos de ensino secundários, que deveriam observar as escolas em relação ao cumprimento dos programas e dos preceitos que regiam a Educação Física naquele momento. No primeiro momento, com a Reforma Francisco Campos, desejava-se que o ensino da educação física fosse executado todos os dias, orientando que a sua prática deveria ser feita 1 hora antes e 2 horas após as refeições principais, além de realiza-la sempre nas primeiras horas da manhã e últimas da tarde. A frequência era obrigatória para todos os alunos do ensino secundário, sendo que a participação inferior a 75% nos exercícios configuraria impedimento para a realização do exame final. No período seguinte, com o advento do Estado Novo, essa exigência acaba sendo modificada em alguns aspectos, embora não tenha constituído uma ruptura, mas uma complementação e atualização para a realidade dos estabelecimentos de ensino.

Com a Reforma Capanema, a partir das Leis Orgânicas de Ensino instituídas ao longo da década de 1940, a Educação Física passa a ser uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, sendo que a sua frequência, em contraste com a

orientação dada pela Reforma Francisco Campos, deveria ser de três sessões semanais para os meninos e duas para as meninas, com duração de 30 a 45 minutos. Essa posição ratificava uma dificuldade encontrada pelos órgãos públicos em fazer valer a lei promulgada em 1931, uma vez que poucas escolas conseguiam desenvolver a prática de educação física diariamente, pela falta de ambientes adequados, mas principalmente pelo escasso número de professores especializados, com formação científica

Os professores dividiam-se em dois grupos: os especializados e os leigos. Em 1939 havia 50,81% de leigos, decrescendo esse número para 36,30% em 1941%. A proporção de professores, habilitados ou não, por estabelecimento de ensino secundário variava entre 1,26 e 1,44, no período indicado. (CANTARINO FILHO, 1982, p.160).

Nesse sentido, sugere-se que uma das formas encontradas para a consolidação e divulgação da estrutura e organização pretendida pelas instituições ligadas à Educação Física na época, e especificamente pelo Ministério da Educação, através da Divisão de Educação Física, foi através da publicação de periódicos especializados. Um dos periódicos utilizados para tal fim foi o Boletim de Educação Física, que circulou de 1941 a 1958, totalizando dezesseis edições, e sendo considerado um veículo de divulgação das políticas e ações governamentais da área de educação física (FERREIRA NETO, 2005).

De acordo com Parada (2006), a publicação do BEF [Boletim de Educação Física] também estava associada a um conjunto de ações proposto pela DEF, intitulado Plano Geral de Propaganda da Educação Física, cujo objetivo era divulgar a sua causa sob duas ações: pela circulação de conteúdo nos meios de comunicação, como o cinema e impressos; e pela promoção de concursos e produção de cartazes. O autor infere que, dentre as propostas criadas pelo órgão, apenas a publicação do BEF se tornou viável. (CASSANI, 2018, p.84)

Ainda que considerado como um periódico de circulação restrita em comparação à outros periódicos da época, como analisa Mauricio Parada (2006; 2009), citado por Monteiro (2013), a análise das edições do Boletim mostra-se um importante empreendimento na tentativa de identificar e compreender as políticas educacionais implementadas pelo Ministério da Educação, e mais especificamente pela Divisão de Educação Física, além de compreender as representações e expectativas desse órgão para a disciplina. No entanto, não podemos ter a ilusão que as tentativas de normatização da disciplina de educação física no ambiente

educacional foram unívocas durante o período estudado, pois, como adverte Schneider,

Percebendo que o campo editorial foi/é um *locus* em constante disputa, que a partir de sua análise podem-se descortinar os confrontos que ocorreram no interior da sociedade, em que diferentes grupos pugnam diferentes projetos em busca de um lugar de autoridade e influência, torna-se impensável considerar que objetos produzidos em/por diferentes instâncias devam ser analisadas e enquadrados como pertencentes a um mesmo projeto, pois, como lugar de poder e fala que se quer autorizada, eles funcionam como ponto de demarcação em que se tenta definir, por exemplo, o que é ou não da competência do professor, qualidades que este deve ou não desenvolver para ser considerado um bom professor, leituras que deve consumir e, por meio de vários dispositivos, definir como as leituras devem ser realizadas. (2010, p.46)

A análise do Boletim deve ser, portanto, localizada dentro desse possível embate com outras publicações do mesmo período, na qual podem convergir ou divergir diante dos mesmos objetivos e intenções. O Quadro 1 nos mostra a relação de revistas brasileiras especializadas que produziram publicações durante as décadas de 1930 e 1940 a respeito da Educação Física.

QUADRO 1 – RELAÇÃO DA IMPRENSA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

REVISTA	EDITORIA	ANO	LOCAL
Revista de Educação Física	Escola de Educação Física do Exército	Maio de 1932	Rio de Janeiro
Educação Physica	Companhia Brasil Editora	Maio de 1932	Rio de Janeiro
Boletim de Educação Física	Divisão de Educação Física	Junho de 1941	Rio de Janeiro
Revista Brasileira de Educação Física	A Noite	Janeiro de 1944	Rio de Janeiro
Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos	Escola Nacional de Educação Física e Desportos	Outubro de 1945	Rio de Janeiro

Fonte: Catálogo de periódicos de educação física e esporte (1930-2000), adaptado de Schneider (2010)

Podemos perceber a partir do quadro que a origem das revistas provém de instituições cujas funções dentro da sociedade são diferentes. Assim, uma publicação feita por uma editora cuja necessidade de vender e se manter no mercado editorial sofre condicionantes diferentes de uma revista publicada por um órgão estatal. Da mesma forma, a própria ligação de uma publicação com um órgão oficial em um momento de centralização acaba por influenciar diretamente nas representações acerca da área, uma vez que as discordâncias internas não podem

transpassar uma desagregação ou mesmo discordância com as ideias e objetivos que o governo propunha para o país.

Segundo Inezil Pena Marinho, que então ocupava o posto de Técnico-Pedagógico em Educação da DEF, afirmava em um artigo publicado na revista *Cultura Política* (RJ), impresso considerado oficial e diretamente vinculado ao Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas, que a “Divisão de Educação Física tem feito imprimir e distribuir entre os Professores de Educação Física, Técnicos de Educação, autoridades educacionais e todos os que se interessam pelo assunto, gratuitamente, um grande número de publicações” (1945, p.163). Tendo em vista que uma das principais publicações da Divisão de Educação Física era o *Boletim*, é bem provável que sua circulação estivesse sendo feita gratuitamente pelo território nacional. Uma evidência que corrobora essa hipótese é visualizada na *Revista Educação Physica*, em sua “secção de consultas”, sendo possível perceber o esclarecimento realizado ao Prof. Anair Sant’Ana, de Minas Gerais, na qual afirmava-se que

O “Boletim de Educação Física” é uma publicação oficial da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde; *não se encontra à venda*, mas a Divisão enviou um exemplar a cada um dos colégios secundários sob inspeção federal, desarte o Snr., por certo, vae recebe-lo também. Esse Boletim trata de toda a legislação relativa à educação física (SECÇÃO..., 1941, p.73, grifo meu).

Pensando nessa relação entre os vários projetos editoriais em disputa naquele contexto, Juliana Martins Cassani (2018) aponta a intencionalidade do *Boletim de Educação Física* em mediar as tensões que vinham ocorrendo na área.

Nesse contexto, o corpo editorial do BEF [*Boletim de Educação Física*] reconhecia o lugar de autoridade que ocupava dentre aqueles dedicados à causa da Educação Física, por isso o uso de dispositivos visuais não era uma prioridade no impresso. Como sua distribuição era gratuita, além de evitarem custos com a impressão de exemplares mais simples, não havia a possibilidade de retorno financeiro para o impresso, sem espaço para publicidade em suas páginas. Assim, o objetivo dos editores não era disputar o mercado editorial com a REF [*Revista de Educação Física*] e REPHy [*Revista Educação Physica*], trazendo os mesmos recursos que elas. (2018, p.83).

As estratégias editoriais, a forma de expor e a própria escolha dos conteúdos, além da maneira na qual a DEF apresentava o *Boletim* ao público e potencial leitor, portanto, são indícios que nos permitem pensar sobre os processos subjacentes de produção dos discursos e representações acerca da educação física que circularam o periódico. Essas questões serão melhores exploradas no próximo

capítulo, especificamente quando da análise da materialidade do Boletim de Educação Física, olhando para as estruturas e articulações entre os vários processos de produção do periódico.

3. APRESENTANDO O BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A MATERIALIDADE DE UM PERIÓDICO

A hipótese que norteia esse trabalho é a de que o Boletim de Educação Física teria surgido pela necessidade de fazer circular entre os vários sujeitos e instituições do território nacional as novas configurações e regulamentações para a Educação Física que, principalmente no meio escolar, a Divisão de Educação Física buscava empreender. Na apresentação da primeira edição do Boletim, o então diretor da DEF, Major Barbosa Leite, assim se reportava sobre os objetivos do periódico:

O “Boletim de Educação Física” tem por objetivo **divulgar os trabalhos técnicos e as medidas administrativas que vêm marcando as atividades da Divisão de Educação Física dentro do Departamento Nacional de Educação**, de modo que se consiga melhor entendimento e colaboração mais perfeita entre o Poder Público, os estabelecimentos de ensino e o pessoal especializado. [...] o “Boletim de Educação Física” promete contribuir para a formação da unidade de doutrina indispensável aos especialistas encarregados de fortalecer, física e moralmente, a sadia juventude que há de conduzir o Brasil aos seus verdadeiros destinos. (LEITE, 1941a, p.3-4, grifo meu).

Alguns indícios apontam que a sua produção, ao menos de início, cumpriu principalmente a função de divulgar as expectativas internas da Divisão de Educação Física a respeito da área, tematizando principalmente sobre legislações, portarias e regulamentos promulgados para a disciplina na tentativa de configurar o campo da disciplina e normatizar o seu funcionamento, bem como expor as expectativas e a estrutura existente e esperada para a área. Na apresentação da edição n.4, por exemplo, o Major Barbosa Leite comemora o primeiro aniversário do periódico relatando que estavam

continuando em busca do mesmo objetivo que a animou de início – trazer os interessados pelos assuntos de sua superintendência sempre informados do que se vai realizando – a Divisão de Educação Física conseguiu reunir neste “Boletim” uma série de documentos de feitiço administrativo que lhe pareceram dignos de ampla divulgação (1942a, p.5).

Essa parece ter sido também a visão de alguns sujeitos daquele contexto, como ilustrado pelo jornal Diário de Notícias (RJ) ao divulgar o Boletim no artigo sobre “Publicações editoriais”: “Boletim de Educação Física – Editado, também pela Divisão de Educação Física, recebemos o n. 6 do seu ‘Boletim’, consagrado à

divulgação das atividades normais daquele serviço do M.E.S”. (PUBLICAÇÕES..., 1943, p.6).

Dessa forma, a apresentação do Boletim feita pelo diretor da DEF nos incita alguns questionamentos sobre as expectativas postas sobre o periódico: quais seriam as medidas administrativas que a Divisão de Educação Física estaria desenvolvendo naquele contexto? Como pretendiam auxiliar na colaboração, enquanto periódico vinculado ao poder público, com a escola e os profissionais de educação e educação física? Através de que prescrições, sugestões e procedimentos essa colaboração foi realizada, se é que realmente foi realizada? O que seria a “unidade de doutrina” a qual o então diretor e o corpo editorial se referiam?

Essa atitude frente às fontes é uma constatação de que, por um lado, não é possível fazer história sem a intermediação desses vestígios que provêm do passado. Elas são o passado, mas não estão mais nele. De outro, como consequência da afirmação anterior, de que é necessária uma atitude crítica do historiador, uma vez que as fontes não falam por si mesmas, mas através das perguntas que o pesquisador formula para elas, respondendo “como podem e por um número limitado de fatos” (RAGAZZINI, 2001, p.14). Como expõe Jacques Le Goff (1996), todo documento é uma mentira, consequência de uma montagem da época em que foi produzida, mas também das épocas seguintes, na qual foi conservada e sobre a qual o pesquisador entra em contato. Por isso, o principal dever do historiador é o de realizar a crítica do documento, transformando o documento em monumento para que possamos desvelar as relações de poder que a envolvem e a constituem.

Essa postura frente às fontes e ao trabalho historiográfico tem suas raízes estabelecidas ainda na década de 1930, com a primeira geração da Escola dos Annales. Porém, será especificamente nos últimos anos do século XX, com o processo de renovação das temáticas, problemáticas e procedimentos metodológicos da História, que os periódicos passam a ganhar relevância nos estudos históricos, não apenas para a realização da História da imprensa e/ou por meio da imprensa, mas, sobretudo tomando-os enquanto objetos de pesquisa (DE LUCA, 2005).

Essas transformações vão influenciar diretamente as várias áreas da produção histórica, incluindo a História da Educação, que passam a deixar à

margem a História da Pedagogia, que privilegiava o estudo das concepções filosóficas sobre os fins da educação, apresentando os grandes sistemas pedagógicos do passado enquanto matrizes para as práticas pedagógicas do presente, com a intenção de fornecer uma referência aos futuros professores e pedagogos.

É assim que a antiga história das idéias pedagógicas é destronada, pois perde terreno o interesse pelo estudo das idéias desencarnadas da materialidade dos dispositivos que as põem em circulação e das práticas dos agentes que as produzem ou que se apropriam delas. É assim também que começa a se configurar o campo de uma história cultural dos saberes pedagógicos, interessada na materialidade dos processos de produção, circulação, imposição e apropriação desses saberes. Essa modalidade de história cultural toma o impresso como objeto de investigação, em duplo sentido: como dispositivo de normatização pedagógica mas também como suporte material das práticas escolares. (CARVALHO, 1998, p.34-35).

Nesse sentido, ao buscar estudar o Boletim de Educação Física, a análise da materialidade dos objetos impressos (CHARTIER, 1990) é um procedimento essencial para percebermos o processo de produção do periódico, uma vez que os temas que circularam no Boletim não constituem discursos desencarnados e dispersos, sendo necessário ter no horizonte de análise os processos e estruturas do periódico que formatam e dão sentido aos conteúdos que veiculam. Essa postura reafirma a posição que diferentes projetos editoriais pugnam diferentes objetivos e representações acerca dos saberes pedagógicos que veiculam.

3.1 A ANATOMIA DO BOLETIM

Deve-se lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ouvir), e sublinhar o fato de que não existe a compreensão de um texto, qualquer que seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge seu leitor (CHARTIER, 1994, p.17).

Com base na materialidade do periódico e na análise de outras fontes encontradas, este capítulo se debruça sobre os dispositivos editoriais e textuais de modelização da leitura⁹ mobilizados pelos editores para apresentarem o Boletim de Educação Física aos leitores. Esses componentes são essenciais para que possamos analisar as principais temáticas que o perpassaram nos anos em que foi

⁹ Através dos escritos de Maria Toledo, a autora nos traz, a partir da leitura de Chartier, a compreensão de dispositivos que operam a padronização de volumes e estabelecem a identidade de coleções, como “a escolha de um padrão de cobertura (capa, lombada, quarta-capa), de estruturação interna e de estratégias de divulgação.” (TOLEDO, 2018, p.3).

produzido. Como propõem Omar Schneider e Amarílio Ferreira Neto sobre os processos organizados e editados pelos sujeitos envolvidos na edição dos impressos, estes “apresentam-se como parte de sua arquitetura, ou seja, as opções que são feitas pelos editores para tornar o impresso legível e coerente, de acordo com o ponto de vista que desejam imprimir ao impresso.” (2004, p.24).

O Boletim, publicado no Rio de Janeiro, teve dezesseis edições, compreendendo um período temporal que vai de 1941 a 1958, tendo, no entanto, um intervalo de dez anos sem novas publicações. O periódico passa a ser publicado, portanto, durante o Estado Novo, e volta a ser publicado quando o Brasil estava passando por um processo de reabertura política. Dessa forma, a análise que seguirá busca perceber as continuidades e discontinuidades entre esses dois ciclos de produção do periódico. O Quadro 2 nos ajuda a visualizar melhor esse fluxo de produção do Boletim.

QUADRO 2 – RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES DO BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA DURANTE OS ANOS DE EXISTÊNCIA

EDIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO	Nº PÁGINAS
Boletim de Educação Física nº 01	Junho de 1941	152
Boletim de Educação Física nº 02	Setembro de 1941	113
Boletim de Educação Física nº 03	Dezembro de 1941	124
Boletim de Educação Física nº 04	Março de 1942	65
Boletim de Educação Física nº 05	Junho de 1942	77
Boletim de Educação Física nº 06	Abril de 1943	99
Boletim de Educação Física nº 07	Agosto de 1943	95
Boletim de Educação Física nº 08	Dezembro de 1943	58
Boletim de Educação Física nº 09	Abril de 1944	63
Boletim de Educação Física nº 10	Agosto de 1944	124
Boletim de Educação Física nº 11	Dezembro de 1944	63
Boletim de Educação Física nº 12	Abril de 1945	75
Boletim de Educação Física nº 13	Julho de 1955	112
Boletim de Educação Física nº 14	Julho de 1956	103
Boletim de Educação Física nº 15	Dezembro de 1957	158
Boletim de Educação Física nº 16	Dezembro de 1958	181

FONTE: O autor (2019)

A partir dessa organização, visualizamos que as edições possuíram uma lógica de periodicidade diferente entre uma época e outra. Os anos compreendidos entre 1941 a 1945 tiveram doze publicações, havendo apenas mais quatro publicações após o intervalo sem publicações, nos anos de 1955 a 1958. Se nos

dois anos iniciais o Boletim tinha periodicidade de três meses, assim como tiragem de dois mil exemplares, como esperava Barbosa Leite (LEITE, 1941a, p.4), veremos a efetivação dessa frequência sofrer uma alteração no período seguinte, especialmente após o intervalo, nos quatro últimos anos do Boletim, na qual se publicou uma edição por ano. Assim, após a retomada da produção do periódico, com a mudança na direção da Divisão de Educação Física, que passava a ter o Professor Alfredo Colombo à frente do órgão, o mesmo justificava tal decisão pela falta de aporte financeiro e de pessoal que a DEF continha para cuidar do periódico:

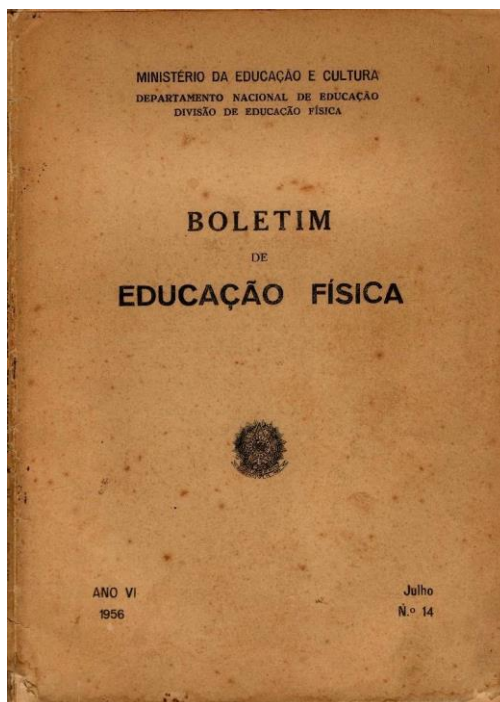
A longa periodicidade deste boletim prende-se a causas várias dentre as quais destacamos a insuficiência de verbas e a falta de pessoal para cuidar da coleta, seleção, redação, composição, revisão e impressão do material a ser divulgado. O reduzido pessoal que serve na Divisão de Educação Física é solicitado tanto para o desempenho de funções técnicas como administrativas. A composição e a impressão são feitas na Imprensa Nacional, que igualmente está com acúmulo de trabalho, o que concorre ainda mais para o atraso do nosso órgão de divulgação. A soma de todos esses fatores força-nos a editar somente um número por ano. (1957, p.9).

A falta de verba para a execução da proposta de periodicidade inicial pode ser explicada pela inexistência de um retorno financeiro com a produção do periódico. Como exposto anteriormente, provavelmente para se adquirir o Boletim não era necessário comprá-lo, não estando no horizonte dos editores, portanto, dispositivos que o tornassem em um produto chamativo do ponto de vista comercial. A própria forma com que o Boletim se apresentava aos leitores, do ponto de vista estético, é uma evidência que nos ajuda pensar sobre essa hipótese. É da combinação entre elementos textuais e imagéticos, criadas por redatores e designers, que podemos pensar as características de portabilidade, receptibilidade e tatilidade de um impresso (LESLIE, 2003).

Como o lugar em que o leitor tem o primeiro contato com o impresso, as capas são muito importantes na constituição de um padrão de recepção dos saberes. Lugar de reconhecimento, as capas revelam ao leitor antecipadamente o que é a Revista, sem que a tenha que folhear. Na produção da fórmula editorial do impresso, investimentos são feitos em relação à sua capa para que ela se torne mais atraente aos leitores (SCHNEIDER, 2010, p.97).

Dessa forma, não podemos ignorar as formas com que os editores do Boletim pensaram a sua recepção por parte dos leitores, fazendo com que a análise de sua capa (FIGURA 1) seja uma evidência reveladora. Observamos a intencionalidade de demonstrar o vínculo institucional com a Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação, logo em sua capa.

FIGURA 1 – CAPA DO BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA



FONTE: MEC/DEF (1956)

Assim, como a porta de entrada para os possíveis leitores, a capa pode cumprir também o papel de tornar a produção do impresso em algo consumível (CUNHA, 2007). Diferentemente de outros periódicos de circulação do mesmo período, como já exposto anteriormente, podemos perceber que a capa do Boletim não continha nenhuma ilustração, sequer sendo colorida. Esse, portanto, é um indício interessante para observarmos que a lógica de produção do periódico não sofria condicionantes para torná-lo em produto vendável para os leitores. Esse interesse parecia estar oculto do horizonte dos editores da Divisão de Educação Física.

Durante os anos de sua existência, o Boletim teve basicamente o mesmo *layout* de capa, com pequenas modificações, corroborando as afirmações de Oliveira e Schincariol (2007), ao considerarem este um aspecto essencial na constituição da identidade de um periódico, caracterizando também a edição como parte de uma série. Assim, como podemos ver pela Figura 1, o impresso traz ao centro o nome “Boletim de Educação Física” grafado em letras maiúsculas, e, na parte superior, os órgãos que chancelavam a sua produção, com destaque para o “Ministério da Educação e Saúde”, nas edições de 1941 a 1945, e “Ministério da

Educação e Cultura”, de 1955 a 1958. Logo abaixo da DEF, vinham as inscrições do “Departamento Nacional de Educação” e da “Divisão de Educação Física”. Na parte inferior, no canto esquerdo, havia inscrito o ano de publicação e o ano em que foi publicado, e no canto direito, o mês e o número da edição. A partir da edição n.5, logo abaixo do nome do periódico, o Boletim passava a ter o símbolo das Armas Nacionais do Brasil impresso. Como exceção, a edição n.15 trouxe, além desses componentes, a inscrição “Comemorativo do 20º aniversário da D.E.F”.

Uma diferença entre as edições é em relação às informações referentes ao grupo de pessoas e órgãos envolvidos na produção do periódico que surgem a partir do Boletim número 12. Na contracapa ou ao lado do sumário, de acordo com a edição avaliada, encontramos nomes de sujeitos que ocupavam os cargos no Ministério da Educação e Cultura, da direção do Departamento Nacional de Educação, e da Divisão de Educação Física, nas edições de n.13 e n.14, e além desses, os de Assistente Técnico, da Seção Administrativa, Seção de Desportos e Recreação, Seção de Educação Física de Grau Médio, Seção de Educação Física Superior, e Seção de Estudo e Aperfeiçoamento, na edição n.16.

Chama a atenção o fato de não haver, como observado no Quadro 2, uma padronização na quantidade de páginas. Assim, as edições com menor número de páginas possuem entre 58 e 63 páginas, e as de maior volume chegam a 181. Vemos, no entanto, certa estabilização no número de páginas, ainda que com diferença significativa, a partir da edição n.13. Essa constatação nos leva a questionar se existiria, de fato, um planejamento editorial preocupado em buscar conteúdo para ser publicado no primeiro ciclo de produção do periódico, ou se as edições eram produzidas apenas a partir da demanda interna da Divisão de Educação Física em divulgar suas ações. São indícios marginais que, como expõe Carlo Ginzburg (1999), auxiliam na reconstrução de uma realidade complexa não experimentada pelo pesquisador da história, que não experimentou diretamente o contexto analisado. Assim, através desses dados negligenciáveis - sinais, indícios, sintomas, para usar as expressões de Ginzburg - do Boletim, podemos questionar a intencionalidade dos editores na produção e divulgação do impresso. Como afirma Ragazzini,

as fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário

atribuir significado, isto é: ler e indicar os signos e os vestígios como sinais. (2001, p.14)

A forma de apresentar os artigos, com uma determinada organização, construindo uma estrutura interna específica escolhida e editada pelo corpo editorial do Boletim, também constitui um dado importante e interessante a ser analisado. Aqui, utilizo o entendimento de aparelho crítico¹⁰ proposto por Maria Toledo (2001), isto é, procedimentos cujo objetivo principal é didatizar e orientar o leitor a um determinado caminho no uso do periódico, compreendendo elementos que vão produzir alterações no sentido e na forma com que os leitores se apropriam do conteúdo veiculado no impresso, como os “prefácios; notas do tradutor ou do editor e comentários introduzidos nos volumes; índices remissivo e onomástico; exercícios; sumários; etc.” (TOLEDO, 2018, p.3).

Nesse sentido, durante o primeiro ciclo de produção do periódico, compreendendo o período da primeira publicação até a décima segunda, quando há então o intervalo, todas as edições vão possuir uma apresentação feita pelo Major Barbosa Leite, com exceção do Boletim n.12, que não contou com apresentação ou prefácio. Essa parte tinha como principal objetivo mostrar a relevância não apenas do periódico, mas das ações que a Divisão de Educação Física estava empreendendo na sociedade brasileira, além de inserir o leitor sobre o que aquela edição continha. Nas publicações seguintes, correspondendo à segunda fase do periódico, apenas as edições n.14 e n.15 terão apresentações feitas pelo então diretor da Divisão de Educação Física, Alfredo Colombo, com os títulos de “Nossos labores” e “Boletim e nossas atividades”, respectivamente. Ressalta-se ainda que na edição n.13, no lugar de apresentar a nova publicação, a escolha feita pelos editores foi a de colocar o discurso de posse de Alfredo Colombo, e na edição n.15, antes da apresentação, coloca-se um excerto em comemoração aos 20 anos da DEF, destacando um pouco da sua história, suas dificuldades e discorrendo sobre o que o órgão estava realizando, mesmo com todas adversidades da falta de recursos, pessoal especializado e apoio de pessoas da área.

Eis aí, em síntese, em esboço tênue, as realizações da Divisão de Educação Física, a despeito do exército de obstáculos que procura cercear os seus passos.

¹⁰ A autora faz referência à Isabelle Olivero (1999) como quem cunha tal conceito.

Mas, embora tôda essa adversidade, a divisão de Educação Física tem sobressaído com galhardia e ergue-se, ao completar seu vigésimo aniversário, mais retemperada, com maior ânimo e multiplicados estímulos para a continuação de seus misteres e o empreendimento de novas batalhas em prol da educação da juventude brasileira, na certeza de pleno êxito, confiante na vitória final, porque a sua causa é a própria causa da civilização. (20º ANIVERSÁRIO..., 1956, p.7).

Com relação ao sumário, presente em todas as edições, chama a atenção o fato dele muitas vezes não corresponder com a organização interna das seções. Na edição de número 2, por exemplo, encontramos no sumário o título das “Recomendações especiais do I Congresso Sul Americano de Medicina Desportiva”. Quando olhamos dentro do Boletim, no entanto, percebemos que se trata de parte do texto anterior, intitulado “O que foi o I Congresso Sul Americano de Medicina Desportiva, realizado em 1939, na cidade de Lima no Peru”, não estando desvinculado. À primeira impressão quando olhamos no sumário, portanto, é a de que é um capítulo novo. O Catalogo de Periódicos de Educação Física e Esporte (FERREIRA NETO *et al.*, 2002), por exemplo, ao expor os títulos dos artigos publicados no Boletim, não considerou essa parte como um novo capítulo dentro do periódico.

Da mesma maneira, durante o primeiro ciclo de produção do periódico, não é possível perceber um lugar comum cujos assuntos parecidos estão organizados, o que dificulta a leitura do periódico, principalmente porque muitas vezes os editores colocam várias portarias e/ou decretos-lei em sequência no meio do Boletim, não demarcando corretamente a separação entre um e outro, fazendo parecer que se trata da mesma legislatura. Esse indício nos faz questionar se a intencionalidade posta no Boletim seria, de fato, a leitura completa daquilo que está publicado. Ou, contrariamente a essa lógica, se buscaram produzir um documento que agrupasse informações, na qual a sua leitura fosse uma consulta avulsa a uma informação. A partir da edição n.13, as informações referentes à legislação podem ser localizadas no fim do periódico, sendo demarcadas no Boletim, com exceção da edição de número 14, nas seções intituladas como “Atos Legislativos” e “Jurisprudência Administrativa” (Edição 13), ou “Legislação” (Edições 15 e 16).

Ainda com relação ao sumário, é possível perceber uma transformação que vai acompanhar o processo de aparecimento de novos conteúdos e apresentações que perpassam o Boletim de Educação Física. Desde a edição n.13, no segundo ciclo de produção do periódico, os editores decidem divulgar, além do título do artigo

publicado, o nome de quem o escreveu. A hipótese levantada para esse processo é a de que no primeiro ciclo de publicações a DEF estaria centrada na divulgação das ações internas empreendidas pelo órgão, sendo, portanto, trabalhos coletivos de toda a divisão, não fazendo sentido nomear um único autor responsável pela produção intelectual do material exposto. Os temas focados giravam em torno de balanços internos, relatórios expedidos por agentes de fiscalização, instituições visitadas para inspeção, editais de concursos e eventos esportivos, publicações de conferências organizadas pela DEF, decretos-lei, portarias, etc. As exceções a essa estratégia editorial é porquanto reveladora. Serão justamente os artigos que fogem desses temas mais burocráticos e legais que os editores decidem divulgar o nome. Assim, por exemplo, na edição n.10, aparecem os nomes de Inezil Pena Marinho, Paulo Frederico de Figueiredo Araújo e Magdalena E. M. de Mayne¹¹.

Também na edição n.11 vão aparecer alguns autores no sumário, sendo esta, no entanto, uma edição diferente se pensarmos na lógica que marca o conjunto de temáticas do Boletim. Trata-se de um boletim totalmente voltado às discussões dos grupamentos homogêneos. Ainda assim, é possível perceber que não se rompe totalmente com a intencionalidade de divulgar o que estava sendo produzido no interior da Divisão de Educação Física. Na apresentação da edição, Barbosa Leite vai ressaltar que os artigos ali publicados – considerados por ele, inclusive, o ponto de vista oficial do Brasil sobre a questão - foram gestados no interior da Reunião de Educação Física, ocorrida entre os dias 11 e 17 de dezembro daquele ano, cuja qual foi organizada pela DEF e contou com a participação de diretores de órgãos especializados, escolas e cursos de educação física, sendo nada “mais oportuno, portanto, do que reproduzir no presente Boletim os artigos com que os estudiosos debateram a questão do grupamento homogêneo e as conclusões a que, a respeito, chegou [a Reunião].” (BARBOSA LEITE, 1944, p.5). Nessa edição, os nomes de Inezil Pena Marinho e Peregrino Junior vão aparecer como centrais, com cada um publicando dois artigos nela. Ela também será uma exceção à outra prática editorial que marca o Boletim de Educação Física, uma vez

¹¹ Respectivamente, trataram em seus artigos “O conceito bio-sócio-psico-filosófico da Educação Física em oposição ao conceito anátomo-fisiológico”; “O desenvolvimento da Educação física mundial no último quinquênio”; e “O sistema sueco baseado na ginástica de Ling, adaptado ao sexo feminino, na Argentina”.

que os textos publicados são fruto de artigos já publicados na Revista Brasileira de Educação Física anteriormente.

O Boletim convencionou, em ambos os ciclos de produção do periódico, não divulgar o nome dos autores no sumário quando o artigo escrito fosse uma produção apresentada em conferências e congressos ou escritas para os concursos organizados pela DEF, além de em alguns casos não expor quando já tivesse sido publicado em outro periódico também. Na própria edição n.8, lê-se no sumário um artigo com apenas “A organização de classes em educação física”, sendo ele, no entanto, escrito por Alfredo Colombo, à época ainda professor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, e já presente em edições anteriores da Revista Brasileira de Educação Física. A divulgação do nome, no entanto, aparecerá sempre no corpo do texto, logo abaixo do título do artigo ou, em alguns casos, em nota de rodapé. Dessa forma, compreendemos porque os trabalhos apresentados na edição inaugural não levaram o nome dos seus autores no sumário, uma vez tratar-se de um boletim totalmente voltado para a divulgação dos temas que compuseram o “Curso de Informações para professores de educação física, médicos especializados, técnicos desportivos, treinadores e massagistas”, na qual Inezil Pena Marinho será o grande palestrante.

Um indício interessante que aponta e reforça a aproximação entre o Boletim de Educação Física e a Revista Brasileira de Educação Física é essa republicação de textos e artigos produzidas para esta em algumas edições daquela primeira. Esse contato com a Revista, criada em 1944, pode ser compreendida a partir da composição dos sujeitos que participavam do projeto editorial, que além de ter sido fundada pelo Major Barbosa Leite, então diretor da Divisão de Educação Física, passaria a ter como diretor, em 1946, Inezil Pena Marinho (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Essa relação nos indica a possibilidade de cogitar, enquanto hipótese, os motivos que levaram o Boletim a paralisar suas atividades em 1945. Se observarmos os principais temas que circularam na Revista Brasileira de Educação Física, perceberemos uma similaridade com os objetivos do Boletim:

Esta revista publicava artigos (de autoria, geralmente, de quadros dos órgãos estatais de Educação Física), legislação específica, informativos da DEF (cursos, concurso, visitas, campeonatos), informações desportivas em geral, etc. Os textos veiculados nas páginas da Revista Brasileira de Educação Física significaram, também, “a exposição pública do grupo de técnicos da Divisão de Educação Física” (Parada, 2006, p. 159).” (MONTEIRO, 2013, p.7).

Se a criação do Boletim esteve ligada à necessidade de divulgar as ações internas da Divisão de Educação Física, um novo periódico organizado e gerido por sujeitos relacionados à sua produção e edição, e que objetivavam também divulgar as ações internas da Divisão e questões relativas à legislação e regulamentação da área, a partir de um novo projeto editorial, produzido pela editora “A Noite”, uma empresa comercial, sugere-se que manter a produção do Boletim não constituía mais uma necessidade tão urgente quanto no período de sua criação, em 1941. Somando-se a isso, o fim do Estado Novo teve como consequência um processo de reformulação da Divisão de Educação Física, influenciando diretamente nas ações e expectativas do órgão para a Educação Física no Brasil (CASSANI, 2018).

4. BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA: REPRESENTAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Pensar nas principais temáticas que perpassam um impresso nos traz alguns cuidados extremamente necessários. Conforme Roger Chartier, “os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em objetos impressos” (1991, p.182). Essa constatação nos leva a pensar em dois elementos importantes ao analisarmos um projeto editorial: a materialidade da sua produção, como já tratado no capítulo anterior, buscando perceber a forma na qual os editores apresentam e organizam o formato na qual veiculam seus discursos; e a importância de percebermos que os textos produzidos e que encontramos em um livro, periódico, revista, etc., são fruto de uma estratégia editorial que constrói sentidos específicos a partir da montagem e sequencialidade dos textos, visando os objetivos e o impacto que buscam atingir no leitor.

Portanto, tentar categorizar e agrupar as temáticas por afinidades nos traz a problemática de possivelmente desconfigurar a forma inicial, empreendida pelos editores, que dá sentido àquele escrito, principalmente se entendermos os discursos enquanto continuidades entre uma e outra edição e não passar a perceber as especificidades de cada um em seu contexto e finalidade. Nesse sentido, buscamos perceber, categorizar e analisar os textos que compõem as edições do Boletim a partir da noção de “representações” de Roger Chartier (1990). O autor compreende esse conceito enquanto “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real.” (CHARTIER, 1990, p.17). Esses esquemas que criam imagens que dão a interpretação do mundo a partir de sua interiorização, sendo elas produzidas e partilhadas coletivamente.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p.17).

José D'Assunção Barros (2005), analisando a produção de Roger Chartier, identifica as “representações” ao lado da noção de “práticas”, na qual tanto os sujeitos quanto os objetos culturais produzem e são produzidos a partir da circulação e interação com esses dois polos, correspondendo, respectivamente, aos “modos de

ver” e aos “modos de fazer”. Pensar em representação, portanto, não desencarnando as ideias do lugar e dos sujeitos que as produzem e são produzidas, enquanto uma posição meramente “ideal” em extrema oposição à realidade, mas compreendendo uma construção situada contextualmente e historicamente, decorrendo sempre de uma prática social, ao mesmo tempo que auxílio na construção dessas práticas.

É nesse sentido que Chartier (1990) remete à possibilidade de superar o falso debate entre a oposição da objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Para ele, os discursos e imagens compartilhadas são produzidos a partir de práticas sociais, e dessa forma só podem ser compreendidas em seu contexto, situadas socialmente e historicamente, contrapondo uma ideia de indivíduo universal, que pensaria e construiria signos para compreender o mundo da mesma forma que épocas e lugares diferentes.

Tentar ultrapassá-la exige, antes de mais, considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações colectivas as demarcações da própria organização social. (ibid., p.18)

Outro ponto relevante ao tratarmos da noção de representações é visualizarmos que as percepções do social não são discursos neutros, mas que buscam legitimar determinados projetos em detrimento de outros. Nesse sentido, falamos em lutas de representação, que são tão importantes quanto as lutas econômicas para compreendermos “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (ibid., p.17).

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos — ou, por outras palavras, das representações do mundo social — que, a revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (ibid., p.19).

Assim, ainda que o Boletim possa ser considerado um periódico oficial, por sua produção se dar a partir da chancela da Divisão de Educação Física, um órgão estatal criado em um momento de centralização do ensino, devemos percebê-lo enquanto um impresso que dialoga com a realidade, mas não é ela em si mesma. Olhar a imprensa e os editoriais periódicos desse ponto de vista nos faz perceber

que os discursos que perpassam as suas produções estão carregados de verdade¹², legitimando determinados conhecimentos e práticas em desfavor de outros que também estão presentes no mesmo contexto. Assim, entrever que ainda que as prescrições e regulamentações presentes no Boletim de Educação Física possam ser o discurso oficial, ligado às aspirações do Estado Novo, elas não eram as únicas em circulação naquele momento, e embora que mantenha relação com a realidade, ela não abarca totalmente as práticas e efetivações do lugar social a qual estão sendo inseridas, sendo necessário levar em conta esses outros discursos não oficiais produzidos e que juntos com o Boletim nos permite ter uma visão mais próxima da realidade.

Ao buscar compreender a Educação Física no ensino secundário no âmbito nacional em sua dissertação de mestrado, Gabriela Arantes analisa os principais temas que perpassaram o Boletim de Educação Física. Segundo ela, além de divulgar eventos, conferências, cursos e concursos da área promovidos pela DEF, o periódico publicava também

artigos sobre a normatização do Ensino Secundário, sobre a regulamentação e o registro dos professores de Educação Física, a inspeção dos estabelecimentos de ensino, as Portarias e os Decretos-Lei e assuntos específicos (método nacional de Educação Física, turmas homogêneas, aulas para alunos cegos, exames médicos biométricos, exames práticos de eficiência e suficiência, métodos ginásticos europeus, planos de aulas, esportes, entre outros). (2013, p.56).

Reconhecendo o avanço na análise do Boletim feito por Gabriela Arantes, que permitiu um ponto de partida interessante, e reiterando que o seu objetivo central não era tratar esse periódico enquanto um objeto de estudo, e sim como uma fonte auxiliar que a ajudaria, enquanto um mediador, a compreender outros objetos por ela elencados, pudemos avançar nessa análise. A partir da constatação da autora, observamos dois grupos de temáticas. De um lado, assuntos que buscavam configurar o campo, normalizando, regulamentando e direcionando a Educação Física no Brasil, compreendendo artigos sobre as ações internas da Divisão de

¹² Sobre o entendimento de verdade, me apoio em Foucault (2007, p.12): “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

Educação Física e relatórios administrativos, burocráticos e jurídicos. De outro, como observado por Arantes, os “assuntos específicos”, que vão além da intenção em conformar o campo, propondo atividades práticas, como métodos ginásticos, formas de organização das classes, etc.

Embora esses dois grupos de temáticas pudessem aparecer nas mesmas edições, tanto no primeiro quanto no segundo ciclo de produção do Boletim, a ênfase dada a uma ou outra vai marcar diferentes estratégias e objetivos editoriais relacionados diretamente ao período em que as edições estavam sendo produzidas. Observamos, nesse sentido, descontinuidades na lógica de publicação e nas expectativas nutridas em torno da produção e divulgação do periódico entre uma época e outra. Tanto o lapso temporal quanto o contexto sócio-político podem ter influenciado novas proposições e representações para e sobre a Educação Física que em outro momento não apareciam no periódico.

Se em 1941 o objetivo proposto para o Boletim era o de “divulgar os trabalhos técnicos e as medidas administrativas” - como visto na apresentação à primeira edição feita pelo Major Barbosa Leite - as ações da Divisão de Educação Física parecem ter mudado a sua orientação a partir do intervalo de publicações, no segundo ciclo de produção do periódico. As temáticas que pautaram a publicação no Boletim estariam orientadas nesse segundo momento

no sentido de se conhecer quais as atividades ou exercícios físicos que os alunos das escolas secundárias preferem praticar. [Além de organizar] um programa complementar de atividades físicas que atenda às condições do aparelhamento dos estabelecimentos e ao sistema que neles esteja sendo aplicado. (COLOMBO, 1957, p.9).

É dessa forma que os “assuntos específicos” categorizados por Arantes, passam a configurar a quase totalidade dos artigos presentes nas edições a partir do retorno da produção do Boletim, em 1955, sendo que a sua presença quase não apareceria no primeiro ciclo de produção. Essa condição reforça a hipótese que norteou nosso trabalho, na qual o Boletim de Educação Física teria sido iniciado pela necessidade de fazer circular entre os vários sujeitos e instituições do território nacional as novas configurações e regulamentações para a Educação Física que, principalmente no meio escolar, a Divisão de Educação Física estava empreendendo. Segundo Vitor Monteiro, “o Boletim de Educação Física surgiu, dentro das estruturas estatais de educação e saúde, com o objetivo de divulgar os

trabalhos técnicos e os esforços na implantação de políticas públicas do Ministério de Educação e Saúde (MES)". (2013, p.6).

O mesmo autor escreve que a principal característica do periódico era a "tentativa de coadunar saberes e debates para implantação de políticas públicas em Educação Física, visando, principalmente, o funcionamento dos estabelecimentos de ensino no Brasil, homogeneizando os procedimentos e as pessoas." (id.). Nesse sentido, na apresentação à edição n.4, Major Barbosa Leite corrobora nossa percepção acerca dos objetivos que animavam o objetivo inicial do Boletim, assim se referindo sobre a continuidade dos trabalhos que animavam a sua publicação:

Continuando em busca do mesmo objetivo que a animou de início – trazer os interessados pelos assuntos de sua superintendência sempre informados do que se vai realizando – a Divisão de Educação Física conseguiu reunir neste "Boletim" uma série de documentos de feito administrativo que lhe pareceram dignos de ampla divulgação (1942a, p.5).

Assim, as temáticas que pautaram boa parte dos esforços editoriais do Boletim entre os anos de 1941 e 1945 foram em torno da normatização do ensino, dos processos de inspeção às escolas, das legislações que estavam sendo produzidas para a área. No segundo momento, uma dimensão mais propositiva e prática vão se tornar as temáticas majoritárias do periódico, na qual objetivava-se a divulgação de práticas, modalidades esportivas, métodos de ensino para serem utilizados pelos professores de Educação Física.

Uma hipótese para essa transformação no interior do Boletim de Educação Física está contida primeiramente na urgência apresentada à Divisão de Educação Física em formar novos professores para a área e estruturar os estabelecimentos de ensino a partir das novas exigências, tanto em relação ao fornecimento de materiais e quanto na construção de locais adequados e dentro das normas para a sua realização, visto as mudanças que se processaram a partir do Estado Novo. Além disso, o Método Francês vinha sendo utilizado oficialmente nos estabelecimentos de ensino primário e secundário do Brasil de 1931 em diante, constituindo uma referência para o ensino da disciplina a partir de seus moldes e objetivos, não havendo espaço em um periódico ligado ao Ministério da Educação para proposições que contrariassem essa decisão. Quando então surgiram críticas no interior da DEF sobre a incompatibilidade do Método Francês com o "temperamento brasileiro", o que apareceria no lugar, como veremos, é uma preocupação em criar um Método Nacional de Educação Física, impedindo o aparecimento de outras

propostas que não tivesse em seu horizonte esse objetivo. Com o fim do Estado Novo e o esgotamento da utilização do Método Francês enquanto prática hegemônica, outras formas de se pensar e fazer educação física passam a circular, com o Boletim dando voz a essas proposições, uma vez que não tinha um compromisso ideológico em formar ou divulgar apenas um método para toda a nação.

A Divisão de Educação Física e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos procuraram, no final o Estado Novo, novas formas e sistemas de Educação Física, pois o Método Francês, de origem militar, não era mais satisfatório para a Educação, em um regime político que já estava desagregando-se a partir de 1942. (CANTARINO FILHO, 1982, p.143).

Tendo isso em vista, elencamos algumas temáticas que perpassaram o Boletim no primeiro ciclo de produção do periódico e que tiveram uma recorrência e/ou centralidade interessante. Essas temáticas foram escolhidas após análise documental das edições, ou seja, a posteriori. Reitero que essa escolha partiu do meu ponto de vista, não intencionando esgotar todas as temáticas e categorias que o Boletim de Educação Física potencialmente pode oferecer para a sua análise.

4.1 A CONFORMAÇÃO DO CAMPO: AÇÕES E EXPECTATIVAS DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO NOVO

Sob esse aspecto, pretendo discorrer acerca da estratégia de utilização do impresso, por parte da Divisão de Educação Física, para expor a estrutura organizacional sob a qual a Educação Física estava constituída naquele momento e para divulgar suas ações internas. Aqui, trago para análise os artigos que tinham por objetivo expor aos leitores as regulamentações criadas para a área e para a profissão, as exigências de padronização dos estabelecimentos, a apresentação da situação dos locais onde havia o ensino da educação física, dados coletados a respeito da situação da educação física naquele momento, etc.. Essas são temáticas presentes em grande parte das edições do primeiro ciclo de produção dos periódicos, e parece ter sido uma preocupação central dos editores do Boletim.

A edição inaugural demonstra essa relação com os objetivos que permeariam e constituiriam a essência do periódico. Nesse sentido, esse boletim é todo formulado para apresentar as principais conferências realizadas no “Curso de Informações para professores de educação física, médicos especializados, técnicos

desportivos, treinadores e massagistas”, promovido pelo então Departamento Nacional de Educação, órgão sob a qual a DEF estava subordinada, realizada entre os dias 12 e 25 de março de 1941.

Seus objetivos estariam centrados em dar condições para o desempenho satisfatório de médicos especializados e professores de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário, além de “Fixar os limites dos campos de ação dos professores de educação física, médicos especializados, técnicos desportivos, treinadores e massagistas.” e “Esclarecer em definitivo todas as dúvidas que ainda subsistem em certos casos e o modo por que deve ser fiscalizada a prática dos exercícios físicos.” (DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941, p.6). A cada dia do evento era proferida uma conferência, sendo a ordem dos textos da edição n.1 do Boletim correspondente à ordem das apresentações. Fica evidente essa intencionalidade em dar um panorama geral acerca do que se esperava dali para frente para a disciplina, tanto em nível de organização, quanto de ensino, infraestrutura e inspeção.

Um elemento interessante que é possível perceber a partir das conferências publicadas é o lugar de destaque que Inezil Pena Marinho e Dr. Paulo Araújo possuem tanto no Boletim quanto na Divisão de Educação Física. Assim, das onze conferências publicadas, seis serão de responsabilidade de Inezil e outras três do Dr. Paulo Araújo. Assuntos referentes à atuação profissional, às finalidades que deveriam reger o ensino da Educação Física, tiveram em Inezil o grande propagador. Quando o assunto relacionava-se a exames biométricos, grupamentos homogêneos, e ao âmbito médico desportivo, embora por vezes dividisse o debate com outros sujeitos, Araújo tornava-se o principal porta-voz. Esse protagonismo correspondia não apenas à formação e atuação de cada um deles, como também à própria função exercida dentro da DEF, de acordo com a distribuição em seções.

Major Barbosa Leite, em ofício enviado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, e publicado na íntegra no Boletim de Educação Física, justifica que eram múltiplos e distintos os encargos da Divisão, e por isso a mesma deveria ser distribuídas em seções, sendo elas a Secção Administrativa (S.A.), a Secção Técnico-pedagógica (S.P.), a Secção Técnico-biológica (S.B.), e a Secção Técnico-desportiva (S.D.) (LEITE, 1942). Segundo ele, os objetivos de cada seção seriam

A secção Administrativa comportará os serviços de expediente, contabilidade, arquivo e biblioteca e se encarregará de todo e qualquer trabalho de administração da Divisão.

À secção Técnico-pedagógica caberá realizar investigações, projetos, verificações e inspeções, trabalhos de estatística, pareceres técnicos, planos, programas, instruções e fiscalização de livros técnico pedagógicos, tendo em mira a prática dos exercícios e a orientação pedagógica das escolas e cursos especializados.

A secção Técnico-biológica terá a seu cargo as investigações, verificações e inspeções, pareceres técnicos, trabalhos bio-estatísticos, planos, programas, instruções, fiscalização de livros técnicos e gabinete biométrico, considerados sob o ponto de vista do melhor aproveitamento dos exercícios quanto aos efeitos fisiológicos.

A secção Técnico-desportiva ficará incumbida de investigações, verificações e inspeções, pareceres técnicos, trabalhos estatísticos, planos, programas, instruções, fiscalização de livros técnico-desportivos, com o objetivo de melhor orientar a prática dos desportos em geral. (LEITE, 1942b, p.17).

Complementa o ofício estruturando a distribuição do pessoal, colocando Inezil Penna Marinho como o chefe da Secção Técnico-pedagógica e Dr. Paulo Frederico de Figueiredo Araújo como chefe da Secção Técnico-biológica. Dessa forma, compreendemos o protagonismo desses dois sujeitos a respeito das temáticas que ficam responsáveis não apenas na conferência, como em todo texto publicado no Boletim.

Era, portanto, essa estrutura interna que fundamentava os concursos e conferências realizadas pela Divisão de Educação Física, na qual cada seção possuía diferentes assuntos que deveriam ser enquadrados rigorosamente no momento de enviar o trabalho para ser avaliado. Diante disso, e percebendo que a organização das conferências a partir de temas específicos vai fundamentar a produção do periódico no primeiro ciclo de produção, parto delas para dialogar com os assuntos dessa categoria de análise.

A I conferência, realizada por Inezil Penna Marinho, se debruçava sobre a “Organização da educação física no Brasil”, tratando de variados tema, a começar por uma síntese histórica acerca da educação física, situando os ouvintes e leitores sobre os argumentos e ações empreendidas por sujeitos para a sua implantação no Brasil, analisando desde o Império até o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Interessante perceber que, contrariando muitos argumentos que vinham animando o debate sobre a importância do cuidado com o corpo para o aprimoramento e desenvolvimento da raça, Inezil vai defender que esse objetivo continha um empecilho: o Brasil não tinha uma raça definida. Dizia ele que, “Para

que haja desenvolvimento da raça é preciso antes de tudo que ela se encontre formada, o que não acontece nem acontecerá num futuro próximo. A raça identifica-se por um tipo antropológico único e nós os temos os mais variados.” (MARINHO, 1941a, p.13).

Após essa rápida exposição sobre os debates e ações em prol da implementação da educação física no Brasil, o autor vai citar os atos federais que foram criados entre os anos de 1930 e 1940, buscando expor o que vinha sendo feito a nível legal para a sua institucionalização. Sob esse aspecto, é possível perceber a estratégia de enaltecimento das ações após o início do governo de Getúlio Vargas, visto que antes do início do seu mandato os esforços para a implantação da educação física partia de sujeitos e grupos específicos, não havendo desdobramentos nacionais efetivos.

Inezil (1941a) também apresentou uma relação de escolas, cursos, colônias infantis, parques infantis e órgãos especializados em Educação Física existentes nos estados e no Distrito Federal, como departamentos, inspetorias, diretorias, superintendências. Em sua conclusão, traz um esquema buscando demonstrar as instituições mais importantes relacionadas à Educação Física, deixando em evidência que os principais subordinados à DEF eram os “Inspetores federais junto aos estabelecimentos de ensino secundário” e os “Inspetores federais junto às escolas de educação física”.

Essa preocupação em listar e analisar um conjunto de instituições relacionadas à Educação Física, e a forma na qual estavam organizadas, terá grande repercussão ao longo das publicações do Boletim. Como a educação física começava a se estruturar de maneira mais acelerada, devido às novas exigências que partiam não apenas do Governo Federal, como também dos governos estaduais, o foco da maioria dos textos do Boletim que buscavam apresentar a situação da educação física no Brasil privilegiava a formação dos professores, analisando os cursos de formação nos diversos níveis e a sua evolução a nível legal, e as instalações e materiais para o ensino da educação física. É também a visão de Aloyr Queiroz de Araújo, cuja qual revela que esses eram os principais problemas naquele contexto.

Baseado na experiência obtida através de alguns anos de trabalhos prestados à educação física, tendo exercido os mais variados cargos na especialização, cheguei a firmar a idéia de que o ensino desta disciplina nas escolas, nos moldes em que hoje é doutrinada, impõe na sua organização

os três seguintes problemas: professor especializado, instalações para educação física e material de ensino. (ARAÚJO, 1942, p.40-41).

Assim, buscando complementar essa conferência de Inezil, como o próprio autor nos relata, o Prof. Manoel Monteiro Soares, na edição n.2 do Boletim, discorrerá sobre a legislação e a organização da Educação Física nos estabelecimentos de ensino da prefeitura do Distrito Federal, estruturando seu texto na mesma lógica proposta por Inezil, fazendo uma síntese histórica dos processos e debates que buscaram instituir a educação física naquele estado, também partindo sempre de datas muito bem definidas, enaltecendo os fatos memoráveis na história da educação física do Distrito Federal (SOARES, 1941). No entanto, o mesmo busca focar nas ações que realmente se efetivaram, além de aprofundar questões que Inezil apenas tinha listado em sua conferência, como ao expor os objetivos e finalidades dos Centros de recreação e parques infantis existentes e ao apresentar as principais características e mudanças da especialização do professor ou dos cursos de formação de professores de Educação Física daquele estado, tanto na escola primária, quanto no curso normal e no ensino técnico-profissional.

Também Aloyr Queiroz de Araújo (1942), Inspetor-Técnico de Educação Física do Estado de Santa Catarina, e Capitão Roberto de Pessoa (1943), Diretor de Educação Física do Estado Pernambuco, irão ter seus relatórios enviados à Divisão de Educação Física publicados no Boletim, com suas impressões sobre a evolução e a organização da Educação Física nos seus respectivos estados. Suas análises, no entanto, serão menos descritivas, citando os fatos mais marcantes, mas buscando enaltecer a evolução em busca do projeto de nação que empreendia-se naquele contexto a partir das suas organizações, principalmente após o início do Estado Novo.

A campanha contra o Mocambo, a criação de novas escolas, o lançamento de bases do ensino industrial como o amparo aos trabalhadores e a ajuda oficial a todas as obras de assistência social e de manutenção da pureza dos sentimentos cristãos da família brasileira, tiveram entretanto seu coroamento, ao nosso ver, nos **trabalhos realizados em prol do aperfeiçoamento da raça**, com a criação da Diretoria de Educação Física Escolar.

Só a racionalização do trabalho físico, corrigindo defeitos, compensando anomalias, disciplinando músculos e vontades, dará aos indivíduos uma vida nova, indispensável ao caso brasileiro para obter-se um conjunto harmonioso, capaz de esforço equilibrado, tão diferentes e variados são os tipos das nossas populações. (PESSOA, 1943, p.47, grifo meu).

Da mesma maneira, Aloyr Queiroz de Araújo buscará mostrar como a organização até então criada e mantida em Santa Catarina buscou coadunar-se com o debate amplo da homogeneidade da nação, focando não no aprimoramento da raça, como o fez Pessoa, mas na nacionalização dos povos estrangeiros que aqui viviam, em especial dos alemães, visto a grande inserção no estado.

Quem, como eu, teve o ensejo de percorrer no Estado de Santa Catarina alguns destes centros de colonos estrangeiros, não pode negar o notável progresso já alcançado **pela integração destas correntes imigratórias na comunidade nacional.**

Como no problema educacional está a melhor arma de nacionalização entre nós, naquele Estado também a educação física passou a ser uma imediata auxiliar deste patriótico e sadio movimento.

[...] Nas minhas viagens de inspeção ao interior catarinense tive a satisfação de assistir a algumas sessões de educação física em zonas de colonização alemã, no decorrer das quais pude observar como as crianças se entregavam aos exercícios físicos, jogos e canções nacionais com o máximo de entusiasmo e coleguismo. (ARAÚJO, 1942, p.52, grifo meu).

Assim, tanto Queiroz quanto Pessoa iniciam seus relatórios expondo a organização da educação física em seus respectivos estados a partir do Estado Novo. O primeiro começa a partir de 1938, em Santa Catarina, com a criação da Inspetoria de Educação Física e do Curso Provisório para formação de professores especializados, e o segundo a partir de 1940, em Pernambuco, enfatizando a mudança de direcionamento e estruturação que o estado teve após sua entrada, através de um pedido feito por Getúlio Vargas, junto a outros sujeitos no comando da Educação Física. Aqui, o papel da formação dos professores ganha centralidade interessante, sendo o primeiro tema que buscaram apresentar em seus respectivos relatórios, principalmente em relação aos problemas que tiveram nas ações de formação, seja por falta de pessoal interessado ou que não tinham as exigências mínimas para matrícula, ou pela ausência de uma Escola de Educação Física para formação específica, como no caso de Santa Catarina, seja por falta de uma atenção das gestões dos órgãos públicos anteriores, que não davam condições materiais e orientações adequadas para formar pessoal especializado, como em Pernambuco.

A edição n.10 traz a organização da Educação Física em diferentes estados, constituindo cinco artigos dentro do boletim em questão, compreendendo os estados de Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo, Distrito Federal e Paraná. Neles, os editores buscaram apresentar os decretos que instituíram organizações de cunho

administrativo da Educação Física, como diretorias e departamentos, ligados às secretarias de ensino estadual, voltados a difundir, regulamentar e controlar a prática de educação física nos estados. Além disso, também expuseram as leis que criaram os principais cursos superiores da área nesses locais, apresentando as finalidades regidas por lei que competiam a essas instituições, e o número de professores e normalistas de educação física formados até então, buscando sempre que possível explicitar os colégios e grupos escolares que estavam sendo ocupados por eles. A apresentação da situação presente no Distrito Federal constitui uma exceção, uma vez que os editores buscaram recuperar a história das principais ações em busca da estruturação da educação física, desde 1864, contrastando a análise dos outros estados, na qual partia-se dos decretos legais instituídos a partir do início do Governo Vargas.

Para os editores do periódico, será o Estado de São Paulo que “possui organização mais complexa no campo da educação física” (A ORGANIZAÇÃO..., 1944, p.89). Essa exposição sobre a melhor ou mais complexa organização parece ser um teor presente em alguns momentos do Boletim durante o primeiro ciclo do periódico, como na edição n.5, na qual se expõe o resultado do “Concurso entre estabelecimentos de ensino secundário que melhores instalações e organização apresentam para a educação física”, cuja avaliação deu-se em 1941. Major Barbosa Leite assim justifica essa postura:

Com a publicação dos resultados do concurso entre estabelecimentos de ensino secundário que melhores instalações e organização apresentassem no setor de educação física, damos ensejo a que se possa sentir quanto evoluímos em assunto de tão alta relevância na preparação completa de nossa Juventude a quem o destino confia, neste momento, o papel mais importante e desmedidas responsabilidades em prol da Segurança Nacional. (LEITE, 1942, p.6).

A Divisão parece ter dado sequência a essa concorrência, uma vez que na edição n.6 do Boletim, sob o nome de “Incentivo à Educação Física”, publica novo concurso, tendo como critérios avaliativos a situação dos programas, horários, contratos dos professores de Educação Física, o primeiro e segundo exame médico-biométrico, e as provas práticas, além dos boletins de frequência mensais, e, com maior peso na pontuação, os dois relatórios semestrais, a ficha de informações, o pedido de fichas e a devolução das fichas médico-biométricas, e o relatório do Médico-Assistente.

A Divisão de Educação Física, cumprindo o seu programa de incentivar a educação física, premiará os dez estabelecimentos de ensino secundário que melhor satisfizeram às suas obrigações para com a referida Divisão, no ano de 1942, assim como os respectivos professores de educação física, médicos assistentes e inspetores federais.

Os estabelecimentos receberão pontos pelo cumprimento de cada exigência, na forma abaixo estabelecida, cujo máximo está fixado em 100. Para lograr classificação são necessários 60 pontos, no mínimo. (INCENTIVO..., 1943, p.37).

Esses elementos avaliados tinham plena relação com as exigências instituídas para a disciplina no Ensino Secundário, após a Constituição de 1937, sendo objeto de análise também na III conferência realizada no Curso de Informação, publicada no Boletim, intitulada “Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário, quanto à educação física” (MARINHO, 1941c). Essas exigências visavam “dotar os colégios do aparelhamento necessário”, sendo dez a relação delas: I) área livre, aqui exige-se um espaço plano, continua, regular e retângula, e se possível de grama, evitando a poeira e auxiliando no amortecimento em casos de queda; II) Instalação e material para as sessões de exercícios físicos, como pista de corrida, traves e aparelhos para saltos, alvo para arremesso de bolas, pesos esféricos com diferentes quilos, fardos cilíndricos, medicine-balls, cordas, bastões para luta, etc., especificando quais não precisam para estabelecimentos femininos; III) materiais desportivos, constituído por bolas esportivas (a de futebol apenas para homens), discos, dardos, apito, cronometro, vara de salto, bastões para revezamento, etc.; IV) gabinete médico-biométrico, constituído de vários aparelhos e instrumentos de medição; V) chuveiros, podendo ser coletivo para alunos e apenas individuais para alunas; VI) vestiários; VII) professor de educação física, devendo possuir diploma reconhecido oficialmente, com escolas masculinas tendo aulas com professores masculinos, femininos com professoras do sexo feminino, e em colégios mistos, devendo ter professores e professoras; VIII) assistência médica, sendo obrigatório a permanência, havendo também correspondência dos tipos de estabelecimentos com o sexo do médico ou médica, devendo eles serem especializados em educação física; IX) horário, instituindo que as aulas devem ser afastadas no mínimo em uma hora antes das refeições e duas depois, e em caso de chuva o professor deve dar preleções sobre temas ligados à educação física; X) uniformes, estipulando o padrão para os sexos femininos e masculinos, tanto para as sessões de educação física quanto para a natação. (MARINHO, 1941c).

A II conferência feita no Curso de Informações, sob responsabilidade novamente de Inezil, traz um debate que encontrará eco numa conferência posterior feita sobre as classes homogêneas, além de expor sua posição em relação a uma temática que retornará a ser objeto de análise nas edições seguintes. Intitulado de “Qualidades do professor de educação física”, o autor expressa a evolução na formação dos professores, além de explicitar sua crítica ao professor que se baseia em sua própria vivência, devendo ser um atleta para ministrar as aulas, e que busca tão e somente o desenvolvimento físico dos alunos sob uma perspectiva morfológica, isto é, que objetiva hipertrofiar os alunos. Focava-se, portanto, na forma esquecendo-se da função. Para ele, o conceito moderno de educador físico estaria contido no uso da ciência para alicerçar sua prática, a partir da biologia educacional, da psicologia educacional e da sociologia educacional.

O professor de educação física é um condutor em todos os sentidos; indica a cada indivíduo os exercícios de que carece, os desportos que melhor se coadunam com a sua constituição biotipológica; ele é um eclético. Não luta contra o cronômetro ou a trena, mas em prol de natureza.

O bom professor de educação física não é o que somente obtém excelentes “performances”, mas o que não contrária as leis da natureza, forçando os alunos a resultados incompatíveis com a sua constituição orgânica. (MARINHO, 1941b, p.43)

Sobre o mesmo problema, Inezil irá discorrer a respeito do “conceito bio-sócio-psico-filosófico da Educação Física”, publicado quatro anos mais tarde (MARINHO, 1944). Nesse texto, crítica a finalidade anatomo-fisiológica que estava orientando as aulas desde a introdução da educação física no Brasil, primeiramente com professores de cultura física, que buscavam o crescimento muscular “inarmônico” (sic), e posteriormente com a utilização do Método Francês, que introduziu a importância da fisiologia como base para os professores, não dando relevância, no entanto, a outros elementos essenciais. É nesse contexto que, segundo Inezil, a Divisão de Educação Física decidiu que o método francês não estava atendendo as necessidades do Brasil, e por isso passava a pensar em um Método Nacional de Educação Física.

A função social da educação física entre nós deveria ser muito importante e o Regulamento¹³ nem sequer a considerava; por outro lado, a parte

¹³ Inezil refere-se ao Regulamento Geral de Educação Física, conhecido também como Regulamento n.7 ou Método Francês, na qual foi instituído oficialmente em todas as unidades do Exército a partir de um Decreto presidencial em 1932 (BRASIL, 1932), tendo sua utilização expandida também ao

psicológica deveria merecer um cuidado todo especial, para que os programas pudessem ser executados sem que os exercícios constituíssem para os educando “trabalhos forçados”, utilizando a feliz expressão de Claparède. (MARINHO, 1944, p.16).

E continua Inezil:

Por esse esquema, percebe-se que a D.E.F avançou bastante no campo doutrinário, propondo inicialmente que o nosso método viesse repousar sobre as mesmas bases que fundamentam a educação, nem de outra forma se poderia considerar o problema. Desta maneira, a biologia (vida orgânica), a sociologia (vida social) e a psicologia (vida psíquica) forneceriam fundamentos para o método em questão. (MARINHO, 1944, p.16-17).

Apesar desse debate e da posição de Inezil quanto a decisão da DEF em visualizar a falta de efetividade do Método Francês às necessidades e objetivos que outorgavam para a disciplina, é interessante perceber que a questão de um Método Nacional de Educação Física estava em debate já em 1929, com o anteprojeto elaborado por uma Comissão de Educação Física, sendo publicado pelo ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo. Além de buscar tornar a educação física obrigatória para todos os colégios, propunha-se a criação de um Conselho Superior de Educação Física, cuja finalidade era

centralizar os trabalhos elaborados pelos órgãos técnicos, estudar os documentos provindos do estrangeiro, coordenar todos os elementos próprios à criação do Método Nacional de Educação Física, e, finalmente, vulgarizar por todos os meios e modos tudo que disser respeito ao assunto (CASTRO, 1997, p.6).

Em 1941, porém, essas ideias estavam ainda sendo amadurecidas, com Inezil expondo apenas as qualidades que o professor deveria possuir, e não propriamente um conceito na qual deveria pautar as aulas. Assim, define as qualidades dividindo-as em qualidade pessoais e preparo técnico: a) Pessoais, englobando a firmeza de caráter, a vitalidade, paciência, domínio pessoal, perspicácia, energia, entusiasmo, alegria, disposição mental para o trabalho, tacto, boa atividade, boa apresentação, e voz agradável; b) Preparo técnico, cujo qual deveria ter cultura geral, conhecimentos psicológicos, capacidade para ministrar, organizar e administrar, habilidade pessoal de execução, prática constante e atualização permanente de conhecimentos. (MARINHO, 1941b).

Ficava evidente a intenção de expor o que o professor de educação física deveria ter para exercer a sua profissão, em um contexto de fortalecimento da área

e início do distanciamento com o Método Francês. Era, pois necessário deixar evidente para os seus leitores o que a Divisão de Educação Física, sob a voz de Inezil, esperava dos professores dali em diante.

Ainda a respeito das qualidades do professor de educação física, é possível encontrar o texto de João Nazareth (1943), publicado no Boletim n.7, sobre a qual vai produzir uma série de testes para auxiliar na seleção do profissional da disciplina. Inicia sua argumentação mostrando a importância do bom selecionamento, e sua diferença com a orientação, uma vez que esta buscaria olhar para o indivíduo e aconselha-lo para uma profissão, diferente do selecionamento, na qual o elemento fixo é a profissão, e a variável é o indivíduo que melhor condição possui para ocupar aquela função. Descreve variadas características objetivas da educação física, uma vez que faz-se necessário conhecer a área para definir os elementos necessários para ocupa-la, sendo elas de ordem higiênica, como a atmosfera, temperatura, iluminação, etc.; de ordem técnica, como o espaço, o tempo, o ritmo; e de ordem econômico-sociais, buscando explicitar os desdobramentos de sua função, como a sua finalidade, intensidade, valorização, interesse e tendência.

Em relação às características subjetivas, elas podem se dividir em fisiológicas, motoras, psico-motoras, psicológicas e de personalidade. Para cada uma desses aspectos o autor cita alguns elementos internos de suma importância, na qual no momento da seleção deve-se avaliar e dar uma nota de 0 a 3, constituindo 0 normalidade, 1 insuficiência ligeira não incompatível com a profissão, 2 grande insuficiência não incompatível com a profissão, e 3 insuficiência (NAZARETH, 1943).

Complementando essa questão em relação aos professores, Major Barbosa Leite irá proferir a quarta conferência do evento, buscando desfazer alguns maus entendidos a respeito da atuação na área. Assim justifica o então diretor da DEF sobre a importância de tal tema:

Não são raras as consultas que me têm sido feitas, ora por técnicos desportivos e médicos especializados, sobre a possibilidade de ministrarem educação física, como se licenciados fossem, ora de normalistas pleiteando o direito de dirigirem a educação física em estabelecimentos de ensino secundário, e até mesmo de licenciados que desejam a condição de técnico desportivo. (LEITE, 1941b, p.67).

O que estava em questão, portanto eram os limites de atuação dos diversos profissionais da área, que embora tivessem cadeiras em comum nos cursos, não possuíam as habilitações específicas para exercer a função em determinados ambientes. Dessa forma, cumpre a conferência e o Boletim papel importante na divulgação sobre os campos de atuação. Nesse sentido, Barbosa Leite (1941b) vai destacar, a partir da divisão feita pelo Ministério da Educação, em 1939, com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, cinco setores da educação física com diferentes funções, sendo elas: Curso superior de educação física; Curso normal de educação física; Curso de técnica desportiva; Curso de treinamento e massagem; Curso de medicina da educação física e dos desportos. Destaca que esses diferentes cursos não visam especializar os titulados em outras profissões, mas atender as demandas internas da educação física.

O então diretor da DEF vai explicitar que o Curso Superior teria como finalidade formar especialistas “com uma visão completa de todos os problemas da educação física, capazes de organizá-la e dirigí-la em qualquer situação e sob todas as modalidades” (LEITE, 1941b, p.72). Visto sua amplitude de atuação, será o único curso a ter dois anos de duração, com os demais possuindo apenas um ano. O Curso Normal estaria reservado à preparação para atuação com a infância; o Curso de técnica desportiva destinada a preparar os técnicos a partir de conhecimentos gerais de todos os esportes; o Curso de treinamento e massagem para que executem um trabalho perfeito na modalidade a qual escolherem se especializar, em conjunto com a prática de massagem; e, por último, o Curso de Medicina da educação física e dos desportos caberia não apenas a formação para o auxílio aos professores, determinando e controlando os exercícios a partir das condições fisiológicas, quanto também para a realização de pesquisas e investigações para a melhora científica da área. (LEITE, 1941b).

Um ponto interessante desse texto é a avaliação feita pelo Major Barbosa Leite sobre a divisão dos cursos da época e do tempo de formação. Assim, o mesmo diz que possivelmente no futuro haveria outros cursos, principalmente pela falta de um “mestre darmas” (sic), além de perceber que o curso de treinadores e massagistas poderia ser desmembrado. Além disso, a formação em um ano para técnicos desportivos e treinadores massagistas era considerado insuficiente por ele

Todos nós sentimos que, no momento, a especialização do médico e a do normalista se podem fazer nesse curto período de tempo, de maneira

satisfatória, mas não há quem deixe de notar quão deficiente é o prazo de um ano para formação de técnicos desportivos e treinadores massagistas. O próprio legislador não podia deixar de sentir essa falha, mas preferiu deixar de corrigi-la, por ora, para atender à urgência com que o caso requeria solução, pois, como foi salientado pelo professor Inezil Penna Marinho, em sua 2ª conferência, três anos depois da fundação da nossa Escola, e apesar das facilidades oferecidas à matrícula dos técnicos autodidatas já existentes, podemos dizer que não temos técnicos se a proporção deles é de um para tresentos mil brasileiros. (LEITE, 1941b, p.74).

Ainda sobre a questão do professor, buscando deixar explicito não apenas as qualidades e os limites de atuação dos professores, Inezil Penna Marinho (1941d) vai se debruçar, na V conferência, sobre as obrigações do professor de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário, dividindo-as em obrigações de natureza gerais, obrigações de ordem técnico-profissional e atividades extra-obrigacionais. Sob o primeiro aspecto, apresenta a assiduidade, pontualidade, eficiência, respeito, integridade e justiça enquanto obrigações do professor.

No entanto, será sobre os elementos técnico-profissionais que mais nos chama a atenção, uma vez que a primeira obrigação que Inezil vai relatar é o calculo que o professor deve fazer sobre os dias disponíveis para o fichamento médico-biométrico no inicio do período letivo, as provas práticas no meio do ano, o fichamento no fim do ano e a realização das ultimas provas práticas. Essa posição reafirma a extrema importância dada aos elementos classificatórios e avaliativos que o professor deveria empreender ao longo do ano letivo, como fatores primordiais para o bom desempenho de sua função.

Também aponta que o professor deverá organizar um quadro com as sessões de aulas, para que todos os alunos sejam submetidos a um número igual, ainda que a natureza delas variasse, dividindo-as em algumas sessões, como a de estudo¹⁴, a de exercícios físicos, a de grandes jogos, a de desportos individuais, a de desportos coletivos, e as de natação.

De acordo com Mario Ribeiro Cantarino Filho (1982), essa estrutura e distribuição das sessões sob a qual a Educação Física estava pautada indica

¹⁴ Aqui, Inezil busca explicitar sua particularidade frente às outras sessões, justificando que sua presença deve diminuir conforme se aproxima o fim do ano, tendo sua finalidade em “familiarizar o aluno com os elementos novos, sem preocupação de ensino, mas com o objetivo da maior amplitude dos movimentos para um maior rendimento. A expressão ‘estudo’ é bastante imprópria neste caso.” (MARINHO, 1941d, p.87).

estreita afinidade com o Método Francês. Tendo como base os conhecimentos anátomo-fisiológicos, na qual buscava-se desenvolver fisicamente o homem, esse método possuía seis formas de atividades, sendo elas os jogos, os flexionamentos, os exercícios educativos, as aplicações, os esportes individuais e os coletivos.

Além disso, constituía parte do quadro de sessões os desfiles, demonstrações coletivas, solenidades cívicas, palestras ou conferências com finalidades educativas, sessões de cinema, etc. Interessante perceber a orientação dada para não utilizar os desportos individuais ou coletivos no 4º grau do ciclo elementar, excetuando a natação, que deveria ser utilizada sem fins competitivos, e orientação para que a disciplina seja buscada não a partir da opressão, mas do interesse do aluno em alguma atividade, sendo interessante que o professor resolva as situações que ocorrerem em aula com os alunos, não levando os casos para a diretoria.

Cumpre destacar, novamente, o aspecto avaliativo que Inezil traz, não apenas no caso dos alunos como foi explicitado anteriormente, mas também sobre os próprios professores. Nesse sentido, diz ele que

Cabe, então, ao professor de educação física realizar o seu relatório anual, dando conta de todas as atividades desenvolvidas durante o ano. Organizará aí, um quadro das sessões realizadas, o qual, remetido à divisão de Educação Física, será comparado com o das sessões previstas no início do ano. O Inspetor Federal apoiar-se-á nesse relatório para informar a Divisão de Educação Física do que se passa no estabelecimento sob sua fiscalização. (MARINHO, 1941d, p.89).

Essas, portanto, foram as principais representações acerca da área que a Divisão de Educação Física buscou instituir, explicitando para seus pares, através do Boletim de Educação Física, o que se esperava dos estabelecimentos de ensino e dos professores de educação física, em nível de organização, qualidade, obrigações, etc. Mesmo quando mostrava os resultados e os desenvolvimentos feitos a nível estadual, a intencionalidade posta, ao que parece, era mostrar a relação íntima desses avanços na área com o que foi instituído a partir do Estado Novo e, conseqüentemente, da DEF.

4.2 UMA “DIVISÃO-POLÍCIA”? UM OLHAR PARA OS PROCESSOS DE INSPEÇÃO E VERIFICAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Após dez anos de paralisação, o Boletim de Educação Física volta a ser produzido e a circular em 1955. Nessa edição de n.13, o primeiro texto que encontramos, constituindo uma apresentação, é do discurso de posse de Alfredo Colombo, que a passa a ser diretor da Divisão de Educação Física, na qual o mesmo busca explicitar os objetivos que sua gestão buscaria empreender. Assim, o mesmo diz, avaliando as ações da DEF e os seus objetivos futuros, que

Os encargos normais da divisão de Educação Física, cuja ação deve se desenvolver em todo o imenso território dêste nosso Brasil, somados às dificuldades de uma legislação inadequada às necessidades das várias regiões do país e, em muitos casos, inexecutável pela falta de possibilidades materiais, **acrescidos de um latente estado de choque que existe entre êsse órgão e a direção dos estabelecimentos de ensino**, por si só demonstram, quão vasto e complexo deve ser um plano de ação que harmonize interesses e necessidades diversas em benefício dos interesses e das necessidades comuns da sociedade. (COLOMBO, 1955, p.5 grifo meu).

É possível questionar sobre uma possível crítica por parte do novo diretor da D.E.F sobre a forma na qual vinham a gerindo até aquele momento. É nesse sentido que o mesmo sublinha o fato dos estabelecimentos de ensino e a Divisão estarem em um estado de choque. Por qual motivo essa situação estaria ocorrendo? Algumas pistas nos fazem pensar a respeito disso, como a própria continuação de seu discurso, em que afirma a necessidade de uma harmonização dos interesses da sociedade, sobretudo “palmilhando o caminho desbravado pelos nossos antecessores, [na qual] tudo faremos para que êste órgão não seja uma Divisão-polícia e sum uma Divisão serviço, a fim de que os requisitos legais sejam exequíveis e os objetivos educacionais atingidos.” (COLOMBO, 1955, p.6).

Esse aspecto que Alfredo Colombo reitera, na qual buscariam fazer diferente, nos faz inferir que a forma de abordagem sobre a qual a Divisão estaria empreendendo até aquele momento era problemática e por vezes conflituosa, criando uma aura vigilante para a DEF, fazendo-a uma “divisão-polícia”. Portanto, um ponto fundamental que interessa perceber é que ação estaria ocasionando isso. Minha hipótese é a de que a lógica de inspeção a qual os estabelecimentos de ensino estavam sendo colocadas teria criado essa desarmonia. Reforça essa conjectura o fato de que a mesma edição traz em sequência à apresentação de Alfredo Colombo um texto escrito pelo Professor Ovídio Silveira Souza, Inspetor da Divisão de Educação Física, na qual escreve sobre a “Inspeção em Educação Física”.

No Boletim n.5, a Divisão de Educação Física buscou fazer uma síntese das suas atividades desde que foi criada, na qual, em apresentação à edição, Major Barbosa Leite escreverá que

os leitores interessados poderão avaliar, através da linguagem expressiva dos algarismos a que foram reduzidos os resultados dos nossos trabalhos passíveis de apreciação estatística e de informações complementares irredutíveis a essa forma a extensão do caminho percorrido por este órgão da educação nacional, na constante perseguição de seus objetivos ainda tão longe de ser alcançados. (LEITE, 1942, p.5).

Constituído por uma série de quadros e tabelas, esse texto nos demonstra a evolução rápida que o processo de verificação teve. Em 1937 e 1938 não há informações de que tenham sido feitos processos de verificação e inspeção¹⁵ nos estabelecimentos de ensino secundário e nos Cursos Superiores. Já em 1939, há a primeira verificação, no Curso Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, seguido pela verificação do Curso de Medicina Especializada da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo. Em 1940, no entanto, esse número aumenta, com mais 4 verificações em cursos superiores, incluindo aí uma segunda inspeção periódica à Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, somando-se a ele o Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina, da Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo, e do Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí, e início das inspeções aos estabelecimentos de ensino secundários, com 4 verificações. O ano de 1941, no entanto, além da verificação de mais cursos superiores, como o Rio Grande do Sul e Pernambuco, acrescentou-se a verificação de 71 estabelecimentos de ensino secundários, demonstrando o aumento vertiginoso dessa ação por parte da Divisão. (SÍNTESE..., 1942).

Na edição de n.6, não é possível localizar a comparação que os sujeitos da Divisão de Educação Física fazem em relação às verificações, na qual relatam que o ano de 1942 “apresentou, sobre o ano de 1941, um excesso de 109 verificações em estabelecimentos de ensino secundário” (RELATÓRIO..., 1943, p.14). Em 1943 esse número vai manter-se estável, com 195 verificações, somando-se, no entanto, 159 inspeções (RELATÓRIO..., 1944).

¹⁵ Embora tenha sido possível constatar uma diferença entre as concepções de inspeção e verificação, não foi possível encontrar indícios que apontem com mais firmeza as diferenças entre ambos processos.

A importância dada a esses processos reverberará também na produção do Boletim, que ao longo do seu primeiro ciclo de produção por diversas vezes passou a listar os Grupos escolares e Colégios que receberam a visita dos inspetores, como é possível ver no Quadro 3.

QUADRO 3 – RELAÇÃO DO APARECIMENTO DOS PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO E INSPEÇÃO

NOME DO ARTIGO	EDIÇÃO
Verificações procedidas de janeiro a novembro do corrente ano pela divisão de educação física em estabelecimentos que requereram inspeção preliminar ou permanente.	3
Verificações procedidas pela divisão de educação física durante o primeiro trimestre de 1942.	4
Verificações procedidas pelas D. E. F. durante o 1º quadrimestre de 1943.	6
Inspeções procedidas pela D. E. F. durante o primeiro quadrimestre de 1943.	6
Verificação de cursos especializados para fins de reconhecimento.	6
Verificações procedidas pela divisão de educação física durante o segundo quadrimestre de 1943.	7
Inspeções procedidas pela divisão de educação física durante o segundo quadrimestre de 1943.	7
Inspeções procedidas pela divisão de educação física durante o primeiro semestre de 1944.	10
Verificações procedidas pela divisão de educação física durante o primeiro semestre de 1944.	10

FONTE: O autor (2019)

Importa destacar que o processo de inspeção no ensino secundário, segundo Norberto Dallabrida (2009), passou a existir a partir da Reforma Francisco Campos (1931), uma vez que até aquele momento a frequência às aulas não constituía uma obrigatoriedade, havendo a possibilidade de realização de um exame para atestar o conhecimento. Dessa forma, buscando estruturar o ensino, o então Ministro da Educação busca dar uma sistematização aos processos de ensino, colocando a obrigatoriedade de frequência às aulas em três quartos, definindo também uma seriação e um processo avaliativo padrão para os estabelecimentos de ensino, além da fixação dos alunos em uma única escola. Para que isso fosse possível, no entanto, foi necessário a criação de mecanismos de controle dos ginásios e instituições escolares.

O Ministério da Educação e Saúde Pública criou o “serviço da inspeção aos estabelecimentos de ensino secundário”, subordinado ao Departamento Nacional de Ensino, que passou a operacionalizar a fiscalização nesse nível

de escolarização no território nacional. Os estabelecimentos de ensino secundário eram livres para se estabelecer, mas passaram a ser submetidos à “inspeção preliminar”, por um prazo não inferior a dois anos, e, posteriormente, à “inspeção permanente ou equiparação”.

[...] Com o intuito de operacionalizar esse mecanismo de controle dos ginásios, foram criados “distritos de inspeção” para os quais foram nomeados os respectivos inspetores. [...] A ação dos inspetores federais somente tinha sentido na medida em que os programas e métodos do ensino secundário estavam normalizados em nível nacional e centralizados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, o que consolidava o papel do Estado educador. (DALLABRIDA, 2009, p.188-189).

Ressalto que o Estado Novo buscou complementar e dar sequência aos processos de organização do ensino no Brasil iniciado já nessa primeira época. Nesse sentido, compreender a representação que os processos de inspeção tiveram entre um ciclo de produção do periódico e outro é um aspecto interessante a ser analisado, uma vez que constitui e é constituído por uma série de práticas que estavam sendo desenvolvidos em contextos diferentes.

Na primeira edição do Boletim, consta um artigo intitulado “Inspeção da educação física” (MARINHO, 1941e), sob responsabilidade de Inezil Penna Marinho, constituindo a X conferência realizada no Curso de Informações. Nesse texto, o mesmo compreende o processo de inspeção como as verificações do “cumprimento das exigências relativas à educação física, nos estabelecimentos dos vários graus e ramos”, na qual a Constituição de 1937, além dos vários decretos, portarias, circulares e instruções complementares, traziam na busca de formatar essas exigências. A exemplo do que dissemos anteriormente sobre a expansão do processo de inspeção que já vinha ocorrendo desde o Governo Provisório, Inezil reflete que em 1932

já eram previstos inspetores especializados que se encarregassem da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário. Mas nunca se levou a sério a educação física nos estabelecimentos de ensino de grau médio de ensino, até que em 1937, pela lei nº378, que reorganizou os serviços do Ministério da Educação, foi criada a Divisão de Educação Física. (MARINHO, 1941e, p.126-127).

Sob esse aspecto, é possível perceber uma exaltação às ações da Divisão de Educação Física no processo de organização da disciplina no Brasil. O chefe da seção técnico-pedagógica coloca o inspetor federal como o principal sujeito de conexão entre os estabelecimentos de ensino secundário e a DEF, na qual nada deveria ser ocultado e tudo deveria ser feito através de seu intermédio, sendo ele o “único responsável pelos cumprimentos da divisão de Educação Física e dos

dispositivos contidos em atos emanados de poderes superiores” (ibid., p.128). Sua função estaria contida no envio à Divisão relatórios antes do início do ano letivo, mensalmente, e no fim de cada semestre, expondo os quadros das sessões previstas para o período letivo e o quadro das que foram realizadas, cronogramas e horários detalhados, programas elaborados, nomes dos médicos, professores, alunos faltosos e que realizaram exames, situação geral do estabelecimento em relação ao material e às instalações. Para isso, deveria checar periodicamente as fichas de frequência, assistir as sessões de exercícios e vez em quando, fiscalizar a realização das provas práticas, além de exercer as tarefas de assinar os certificados de educação física, rubricar as cópias das fichas médico-biométricas, apresentar sugestões.

Nas escolas especializadas, diferentemente da função exercida nas escolas secundárias, Inezil vai considerar a posição do Inspetor Federal como a de um orientador, que possui conhecimentos técnicos para auxiliar e dar as soluções aos problemas encontrados nas escolas de educação física que recebem autorização e reconhecimento para funcionamento. As tarefas desempenhadas também consistem em realizar relatórios minuciosos acerca dos processos que regem o ensino da educação física, sendo submetidos à Divisão de Educação Física. Chama a atenção, no entanto, uma observação feita por ele, na qual os inspetores federais deveriam

Providenciar junto às diretorias para que o número de alunos das turmas de trabalhos práticos seja pequeno e condicionado à área dos laboratórios, ao número de aparelhos com que os estudantes vão trabalhar, tendo-se em vista a necessidade absoluta do trabalho individual.

A orientação do ensino nessas aulas deve ser essencialmente prática e os alunos têm o direito de encontrar no gabinete material necessário à sua aprendizagem individual. Isto não obsta a que haja, de vez em quando, trabalho coletivo, que é útil. Indispensável mesmo. (ibid., p.132).

Tratando do ensino primário a nível estadual, o Inezil vai criticar a falta de desenvolvimento dessas escolas, justificando que elas ainda não atingiram o nível desejável porque seu ensino estaria “ entregue aos estados e municípios”. Embora cite alguns estados cuja evolução nos processos de fiscalização e organização seriam consideráveis, diz que a falta de avanço em outras localidades deve-se à falta de vontade em transformar em um serviço eficiente e sistematizado a Educação Física. Faz uma ressalva ainda quanto às instituições desportivas, em que apenas São Paulo fiscalizava oficialmente os locais que tinham essas práticas. Essa crítica

reitera a visão centralizadora que permeava as soluções para os problemas brasileiros, reverberando fortemente nos sujeitos e instituições relacionadas ao governo federal.

Buscou ainda apresentar uma solução encontrada pela DEF em relação à solução econômica do problema da inspeção, cuja qual, após estudar o assunto, decidiu estabelecer em oito o número de inspetores regionais, na qual cada um atuaria em uma região diferente do Brasil, a partir da divisão de oito lugares, agrupando-se diferentes estados. Sua função estaria contida especialmente no auxílio aos inspetores estaduais especializados e aos inspetores federais.

Ao refletir sobre a finalidade da inspeção, ressalta a importância da educação física para a constituição orgânica dos educando, criticando o uso da disciplina para aulas teóricas, uma vez que o objetivo central da sua existência no interior das escolas era prestar assistência ao desenvolvimento normal das crianças brasileiras, elevando assim a média do valor físico do povo. Dizia que “somente sobre as bases de um povo coeso e forte, podem repousar os alicerces de uma grande nação. Nós precisamos, e a situação da Europa atual é um panorama de advertência, mais do que nunca, mais do que todos, fazer do Brasil uma grande nação!” (ibid., p.138).

Ao abordar o tema da inspeção em 1955, o Prof. Ovídio Silveira Souza, inspetor da Divisão de Educação Física, constata um duplo aspecto nesse processo: o da fiscalização e o da orientação. Desenvolve, nesse sentido, uma análise acerca do que seria ambas faces da inspeção. Considera de suma importância o conhecimento perfeito da legislação e a sua interpretação de acordo com a evolução do direito e das conquistas sociais para a fiscalização, remetendo-se à Lei Orgânica do Ensino Secundário para explicitar as obrigações da Educação Física no interior dos estabelecimentos de ensino. Contrariando a reflexão de Inezil, o mesmo vai considerar o ensino e a aprendizagem teórica dos exercícios físicos nessa fase escolar como algo interessante. Afirma que “se aí não houvesse ensino e aprendizagem, desvirtuar-se-ia a finalidade da Educação Física. Estaríamos trabalhando com autômatos e não formando personalidades.” (SOUZA, 1955, p.8).

Embora afirme que professores negligentes e infratores das disposições legais devam obter especial atenção e não escapar do olhar vigilante do inspetor, o mesmo passa a considerar de suma importância o processo de orientação aos diretores, médicos, professores e alunos.

A finalidade da visita do inspetor ao estabelecimento não é procurar faltosos e aplicar-lhes as penalidades correspondentes. Sua presença aí não deve ser indesejável ou causa de temor, mas, pelo contrário, precisa ser almejada, solicitada, pois que, acima de simples guarda direto da execução legal, ele é, entre o poder público e as instituições de ensino, o mais graduado orientador da ação dos mestres e responsável pela educação da mocidade brasileira. (ibid., p.14).

Percebe-se, portanto, uma mudança na representação acerca do processo de inspeção nos estabelecimentos de ensino secundário. Se no primeiro ciclo de produção do Boletim o discurso centrava-se apenas na dimensão da fiscalização através da listagem de um série de legislações das obrigações e objetivos da Educação Física, no segundo ciclo de produção os editores dão voz para um processo de inspeção voltado menos para a aplicação mecânica da lei, e mais para a necessidade do inspetor dotar-se de aspectos humanos, embora não deva-lhe faltar conhecimento legal da área.

Esse aspecto reitera não apenas uma transformação nos processos de inspeção, como também na própria prática e nas representações de Educação Física que o Boletim vinha empregando nos seus últimos anos. Se no primeiro momento havia a necessidade urgente de uma rápida organização e estruturação da Educação Física, a partir da centralização dos processos, é compreensível uma dinâmica de inspeção que fosse mais contundente e levasse a cabo esse desenvolvimento, ainda que de forma truculenta, como os sujeitos que aparecem no segundo ciclo de produção do periódico fazem parecer ter sido. Em 1955, no entanto, a situação da Educação Física não era a mesma, embora fosse possível encontrar diversas críticas ao modo como vinham compreendendo sua execução nos estabelecimentos de ensino.

As próprias práticas desenvolvidas e efetivadas ao longo do Estado Novo, nesse sentido, desencadearam um processo de transformação das representações acerca da inspeção, e dessa forma, é possível compreender que a própria concepção e expectativa sobre a Educação Física que os sujeitos pertencentes ao projeto editorial do Boletim tinham, foi modificado, ainda que sem grandes rupturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o contexto social, político e cultural do Brasil no início do século XX, é possível perceber a importância dada ao processo de escolarização da sociedade para o projeto de civilização que principalmente os intelectuais buscavam empregar no país. Nesse sentido, a Era Vargas constituiu um período importante para a valorização e estruturação do ensino escolar, sobretudo a partir da centralização das dinâmicas e decisões educacionais, na qual objetivava-se erradicar as diferenças culturais e étnicas que, segundo a concepção da época, estabelecia-se como um dos pilares do atraso brasileiro, buscando assim a formação do novo homem brasileiro. A partir desse novo lugar aberto à escola, um dos grandes dispositivos mobilizados na busca desses ideais foi a Educação Física, especialmente a partir do advento do Estado Novo, com a criação em 1937 da Divisão de Educação Física (DEF), órgão chancelado pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde.

A criação de um novo órgão esteve ligada à necessidade de estruturar e configurar a Educação Física no Brasil, que embora tivesse sua presença em muitos estabelecimentos, não continha uma sistematização de longo alcance capaz de dar organicidade e unidade à sua execução no interior das escolas. Sugere-se, enquanto hipótese, que uma das formas encontradas pela DEF para fazer circular entre os vários sujeitos e instituições do território nacional as novas configurações e regulamentações para a Educação Física que, principalmente no meio escolar estava empreendendo, foi a partir da publicação de um periódico intitulado Boletim de Educação Física. Esse impresso circulou de 1941 à 1958, totalizando dezesseis edições, havendo um período de dez anos sem novas produções a partir de 1945.

Assim, buscando investigar quais os principais temas que circularam durante o primeiro ciclo de produção do periódico, compreendendo o período do Estado Novo, foi necessário analisar a materialidade do impresso, uma vez que, como afirma Roger Chartier (1990), não existe texto sem uma plataforma que dê significado e conformação aos discursos produzidos e veiculados, ao passo que conferir uma continuidade entre os temas produzidos em um periódico sem analisar o contexto de sua produção, incorre nos riscos de investigarmos discursos desencarnados. Dessa forma, mobilizamos os dispositivos editoriais e textuais de modelização da leitura (TOLEDO, 2018) para compreender de que maneira o

periódico buscava se apresentar aos seus potenciais leitores, descentralizando o olhar dos textos para a sua arquitetura, isto é, sua estrutura. Elementos como a capa e o sumário, sob esse aspecto, acabaram sendo reveladores do projeto editorial identitário que os editores buscaram constituir para o Boletim.

Ressalto que a produção do Boletim teve um intervalo de dez anos sem publicações, sendo interrompida em 1945, quando ainda era produzida no governo ditatorial de Getúlio Vargas, e voltando a ser produzido em 1955, quando o Brasil já tinha passado por um processo de redemocratização. Portanto o contexto de produção do periódico era diferente entre uma época e outra, o que influencia diretamente nas expectativas e na produção de um discurso a respeito da Educação Física. Assim, é possível perceber que o Boletim de Educação Física teve dois projetos editoriais com objetivos diferentes: primeiramente, as temáticas que pautaram boa parte dos esforços editoriais do Boletim entre os anos de 1941 e 1945 foram em torno da normatização do ensino, dos processos de inspeção às escolas, das legislações que estavam sendo produzidas para a área; segundo, a partir de 1955, uma dimensão mais propositiva e prática vão se tornar as temáticas majoritárias do periódico, na objetivando-se a divulgação de práticas, modalidades esportivas, métodos de ensino para serem utilizados pelos professores de Educação Física.

Com relação às principais temáticas que circularam no interior do Boletim durante o Estado Novo, foi possível analisar dois grupos de assuntos: artigos referentes à organização e configuração do campo da Educação Física e assuntos que se debruçavam sobre os processos de inspeção e verificação. Embora não tenham constituído a totalidade dos temas desse ciclo de produção, havendo outras possibilidades de análise no interior do periódico, foram principalmente esses os textos que chamaram a atenção no processo de leitura inicial e pré análise.

Ainda que tenha sido possível localizar pequenos indícios da recepção dos temas e saberes que circularam no interior do Boletim, é necessária uma análise mais aprofundada para se ter um conhecimento mais fundamentado dos seus usos e apropriações. No entanto, foi possível perceber algumas avaliações do Boletim feitas por sujeitos que permeavam aquele meio. Em trecho publicado no Jornal do Brasil, ao divulgar a primeira publicação do periódico e enaltecer a campanha empreendida pelo Major Barbosa Leite na implementação do ensino e da prática da educação física, Dr. Frota Pessoa assim se referia sobre o Boletim:

A obra realmente notável que está realizando o Major Barbosa Leite, em luta constante contra espíritos sectários e obscurantistas, se reflete neste opúsculo [Boletim de Educação Física], que é uma das mais eloquentes manifestações da vitalidade e de eficiência da Divisão de Educação Física. (PESSOA, 1941, p.10)

Com relação a sua circulação, encontramos algumas pistas que mostram os lugares por onde circulou, tanto a nível nacional quanto internacional, porém para o atual empreendimento decidi não abordar essa questão, uma vez que necessita-se de outras fontes para que tenhamos maior confiabilidade nas afirmações.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Azilda Lina. A Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional Desenvolvimentismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 102-234, ago. 2006.

_____. A Administração Escolar na Era Vargas (1930-1945). In: ANDREOTTI, Azilda Lina; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (Orgs.). **História da administração escolar no Brasil** – do diretor ao gestor. Campinas: Alínea, 2010, p.103-124.

ARANTES, Gabriela Villela. **A Educação Física em cena**: olhares sobre o Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1973). Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. 2013.

ARAUJO, Maria Celina de. **O Estado Novo** (Coleção Descobrindo o Brasil). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v.9, n.1, p.125-141, 2005.

BRASIL. Decreto nº 21.324, de 27 de abril de 1932. **Aprova o Regulamento de Educação Física (1ª e 3ª partes)**. Rio de Janeiro, 21. Abril. 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21324-27-abril-1932-504763-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05. Nov. 2019.

BRASIL. Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Disponível em:<http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm> Acesso em: 23 abr. 2019.

CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro. **Educação física no Estado Novo**: história e doutrina. Brasília: Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 1982.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, SP: Edusf, 1998.

_____. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

CASSANI, Juliana Martins. **Da imprensa periódica de ensino e de técnicas aos livros didáticos da educação física**: trajetórias de prescrições pedagógicas (1932-1960). 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 6.ed, 2001.

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, n.2, p.61-78, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, 1991.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

COSTA, Sergio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. Capas na mídia impressa: a primeira impressão é a que fica. **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Santos, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0787-1.pdf>> Acessado em: 05 set. 2019.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação (PUCRS. Impresso)**, Porto Alegre, v.32, p.185-191, 2009.

DARNTON, Robert. Introdução. In: DARTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução impressa**: a imprensa na França – 1775-1800. São Paulo: EDUSP, 1996, p.15-17.

DE LUCA, Tania Regina. História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

FERREIRA NETO, Amarílio; SCHNEIDER, Omar; AROEIRA, Kalline Pereira; BOSI, Fabiana; SANTOS, Wagner. **Catálogo de periódicos de educação física e esporte (1930-2000)**. Vitória: PROTEORIA, 2002.

FERREIRA NETO, Amarilio. Publicações periódicas de ensino, de técnicas e de magazines em educação física e esporte. In: DACOSTA, Lamartine. **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educação em revista**, Curitiba, n. 25, p.127-141, 2005.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, O sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LESLIE, Jeremy. **Novo design de revistas**. Barcelona: G.G., 2003.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos - uma possível história**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Campinas: Unicamp, 1996.

_____. A Educação Física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Revista Digital**, Buenos Aires n.15, 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd115/a-educacao-fisica-e-o-estado-novo.htm>> Acesso em: 13 de maio de 2019

MONTEIRO, Vitor José da Rocha. A Educação Física em perspectiva histórica: publicações nos periódicos nas décadas de 1930 e 1940. In: **XV Encontro Regional de História: Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa** (Anpuh-RJ), 2013, São Gonçalo. Caderno de Resumos do XV Encontro Regional de História: Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa (Anpuh-RJ). São Gonçalo: Anpuh-RJ, 2013.

OLIVEIRA, Antonio Sergio Francisco Oliveira; SANTOS, Wagner dos; SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio. Inezil Penna Marinho: lugares e práticas em periódicos da educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v.21, n.3, p.575-590, jul./set. de 2015.

OLIVEIRA, Daniele Rodrigues de; SCHINCARIOL, Zuleica. A tipografia da revista gráfica: mutabilidade e identidade. In: Congresso Internacional de Pesquisa em Design, 4., 2007, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Anped, 2007.

OLIVERO, Isabelle. **L'invention de la collection**. Paris: IMEC: Maison des Sciences de L'Homme, 1999.

PARADA, Mauricio. Corpos físicos como corpos cívicos: práticas desportivas e educação física no Brasil sob o Estado Novo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Ricardo Pinto dos. **Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, FAPERJ, 2006, p.155-183.

_____. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2009.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?. **Educar em Revista**, Curitiba, n.18, 2001, p.13-28.

SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio. Estratégias editoriais, enciclopedismo, produtos e publicidade na Revista Educação Physica (1932-1945). **Revista Movimento**, UFRGS, v.10, n.3, p.23-52, 2004.

SCHNEIDER, Omar. **Educação Physica**: a arqueologia de um impresso. Vitória: Edufes, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp. 1992. p.63-95.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção atualidades pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). 2001. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Política editorial de traduções: John Dewey na Coleção Cultura, Sociedade e Educação, dirigida por Anísio Teixeira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e171567, 2018.

XAVIER, Libânia Nacif. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v.30, n.2, p. 105-120, 2005.

FONTES UTILIZADAS

A ORGANIZAÇÃO da educação física no estado de São Paulo. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 10, p. 85-89, ago. 1944.

ARAÚJO, Aloyr Queiroz de. A educação física no estado de Santa Catarina. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano II, n. 4, p. 37-55, mar. 1942.

COLOMBO, Alfredo. Discurso de posse do atual diretor da D. E .F. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 13, p. 5-6, jul. 1955.

_____. O boletim e as nossas atividades. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n.15, p.9-11, dez. 1957.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Curso de informações: edital publicado no “Diário Oficial”. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 5-7, jun. 1941.

INCENTIVO à educação física. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano III, n. 6, p. 37, abr. 1943.

LEITE, Barbosa. Apresentação. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p.3-4, jun. 1941a.

_____. Limites dos campos de ação do professor de educação física, do médico especializado, do técnico desportivo, do treinador, do treinador e massagista. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 65-83, jun. 1941b.

_____. Apresentação. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano II, n. 4, p.5, mar. 1942a.

_____. A nova organização administrativa da divisão de educação física. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano II, n. 4, p. 17-20, mar. 1942b.

_____. Apresentação. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 11, p.5, dez. 1944.

MARINHO, Inezil Penna. I conferência: a organização da educação física no Brasil. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 9-35, jun. 1941a.

_____. II conferência: qualidades do professor de educação física. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 37-51, jun. 1941b.

_____. III Conferência: exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário, quanto à educação física. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 53-64, jun. 1941c.

_____. V conferência: obrigações do professor de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 85-90, jun. 1941d.

_____. X conferência: inspeção da educação física. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 125-138, jun. 1941e.

_____. A educação física, elemento indissociável da educação – Alguns aspectos do quadro geral de idéias da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, n.50, ano V, p.163-185, mar./abr./ mai. 1945.

MEC/DEF. **Boletim de Educação Física**, n. 14. Rio de Janeiro, 1956.

NAZARETH, João. A seleção profissional do professor de educação física. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano III, n. 7, p. 74-92, ago. 1943.

PESSOA, Roberto. A educação física no estado de Pernambuco. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano III, n. 6, p. 47-63, abr. 1943.

PESSOA, Oswaldo Frota. **Boletim de Educação Física**. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.10, 29 jul. 1941.

PUBLICAÇÕES educacionais. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p.6, 27 nov. 1943.

RELATÓRIO das atividades da divisão de educação física no ano de 1942. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano III, n. 6, p. 7-18, abr. 1943.

RELATÓRIO das atividades da divisão de educação física, no ano de 1943. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 9, p. 7-25, abr. 1944.

SECÇÃO de consultas. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n.60, p.73, nov. 1941.

SÍNTESE das atividades da divisão de educação física no quinquênio 1937-41. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano II, n. 5, p. 7-16, jun. 1942.

SOARES, Manoel Monteiro. Legislação e organização da educação física nos estabelecimentos de ensino da prefeitura do Distrito Federal. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 11-27, set. 1941.

SOUZA, Ovídio Silveira. Inspeção em educação física. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 13, p. 7-17, jul. 1955.

20º ANIVERSÁRIO da divisão de educação física. **Boletim de Educação Física**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 15, p. 5-7, dez. 1957.

ANEXOS

ANEXO 1 – ÍNDICE DO BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA Nº16

Í N D I C E

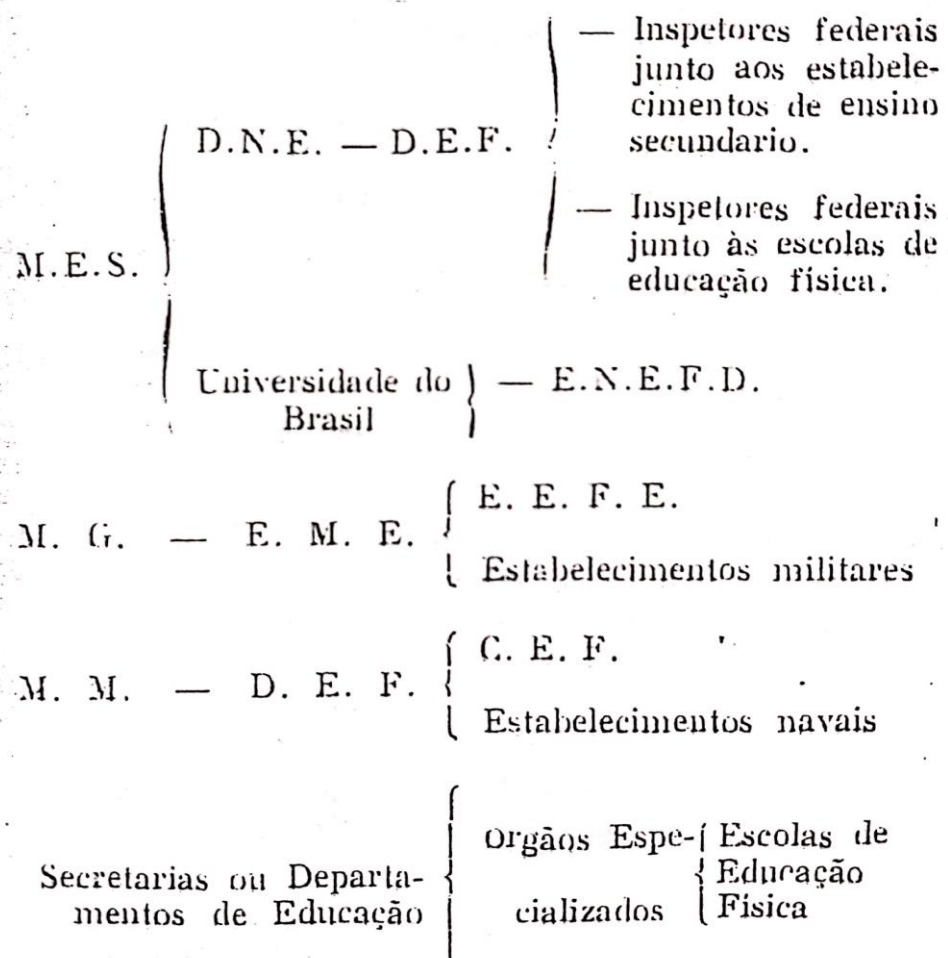
	Pág.
Vitalizando a Educação Física do Brasil	6
Educação Para a Vida — pelo Prof. Rubens Falcão	9
O Movimento Desportivo Moderno e sua Função Social e Filosófica — pelo Prof. Mauro Soares Teixeira	11
Cerimônia do Encerramento do II Estágio Internacional de Educação Física — Discurso do Prof. Alfredo Colombo	15
Inspeção Como Exercê-la. Deveres em Educação Física — pelo Dr. Ovídio Silveira Souza	19
Psicologia do Adolescente — pelo Prof. Mário G. Viana	31
Objetivos da Educação Física nas Escolas Normais e Profissionais — pela Profra. Judith Eunice Egg Passos	37
Minhas Impressões do Brasil — pelo Prof. Gerhard Schmidt ...	43
Medicina Desportiva na Rússia — pelo Prof. Dr. Guilherme S. Gomes Jr.	49
Ginástica Feminina Contemporânea — pela Profra. Stella F. M. Guérios	53
O Espírito das Formas de Trabalho — pelo Prof. Auguste Listello	59
Lição de Educação Física Esportiva Generalizada — pelo Prof. Antônio Boaventura da Silva	69
Código de Ética dos Treinadores Escolares de Minnesota	75
Danças Folclóricas Iugoslavas — apresentadas pelo Prof. Ivan Varga	77
Método de Respiração Artificial	81
Fadrão de Alimentação do Pré-Escolar e do Escolar	85
Danças Folclóricas Brasileiras — apresentadas pela Profra. Eugênia Rodrigues da Cruz Machado	87

FONTE: DEF/MEC, 1958.

ANEXO 2 – ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

H) — CONCLUSÃO

Finalizando, poderíamos esquematizar a organização da Educação Física no Brasil do seguinte modo:



FONTE: MARINHO (1941a)